21/04/2023

Número: **0808350-91.2023.8.19.0014**

Classe: **AÇÃO POPULAR**
Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Campos dos Goytacazes**
Última distribuição : **21/04/2023**
Valor da causa: **R$ 1.000,00**
Assuntos: **Água e/ou Esgoto**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA (AUTOR)	ANTONIO MAURICIO COSTA (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RÉU)	
AGUAS DO PARAIBA SA (RÉU)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54994137	21/04/2023 15:59	Petição Inicial	Petição Inicial
54994505	21/04/2023 15:59	1-Contrato de Concessão à Águas do Paraíba	Outros documentos
54994502	21/04/2023 15:59	2-Termo de Rerratificação	Outros documentos
54994501	21/04/2023 15:59	3-Primeiro Termo Aditivo	Outros documentos
54994504	21/04/2023 15:59	Pedido de informações da Autora dirigido ao Município de Campos dos Goytacazes-RJ, até hoje não aten	Outros documentos
54994503	21/04/2023 15:59	4-Segundo Termo Aditivo	Outros documentos
54994142	21/04/2023 15:59	6-Quarto Termo Aditivo	Outros documentos
54994143	21/04/2023 15:59	Documentos pessoais da Autora Popular	Outros documentos
54994144	21/04/2023 15:59	8-Sexto Termo Aditivo	Outros documentos
54994145	21/04/2023 15:59	Procuração da Autora Popular	Procuração
54994146	21/04/2023 15:59	5-Terceiro Termo Aditivo	Outros documentos
54994147	21/04/2023 15:59	Documentos procedentes do Poder Legislativo local no exercício do poder de fiscalização dos serviços	Outros documentos
54994148	21/04/2023 15:59	7-Quinto Termo Aditivo	Outros documentos
54994149	21/04/2023 15:59	Ato Impugnado	Outros documentos



Antonio Maurício Costa
ADVOGADO OAB/RJ 47.536

EXCELENTÍSSIMO (A) DOUTOR (A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ.

Pedido de gratuidade: inciso XXXIII e alínea "b" do XXXIV, todos do artigo 5º da Magna Carta.

"Direito Constitucional e Processual Civil. Ação popular. Condições da ação. Ajuizamento para combater ato lesivo à moralidade administrativa. Possibilidade. Acórdão que manteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por entender que é condição da ação popular a demonstração de concomitante lesão ao patrimônio público material. Desnecessidade. Conteúdo do art. 5º, inciso LXXIII da Constituição Federal. Reafirmação de jurisprudência. Repercussão geral reconhecida.

1. O entendimento sufragado no acórdão recorrido de que, para o cabimento de ação popular, é exigível a menção na exordial e a prova de prejuízo material aos cofres públicos, diverge do entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal.

2. A decisão objurgada ofende o art. 5º, inciso LXXIII da Constituição Federal, que tem como objetos a serem defendidos pelo cidadão, separadamente, qualquer ato lesivo ao patrimônio material público ou de entidade de que o Estado participe, ao patrimônio moral, ao cultural e ao histórico.

3. Agravo e recurso extraordinário providos.

4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência.

Decisão: O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencidos os Ministros Marco

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Aurélio e Teori Zavascki. Não se manifestaram os Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber.

Ministro DIAS TOFFOLI
Relator"

ESTHÉR CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA, brasileira, solteira, universitária, RG nº 21.907.066-1, expedido pelo DETRAN/RJ em 31/10/2007, CPF nº 057.141.297-17, título eleitoral nº 141031230396, 76ª Zona Eleitoral, Seção-RJ: 03, residente e domiciliada na Avenida Professora Carmem Carneiro, nº 1.072, Parque Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-425, e-mail: **antoniomauriciocosta5@gmail.com**, vem diante de Vossa Excelência, com supedâneo no artigo 5º, inciso LXXIII e art. 175 da Carta Magna, pela Lei 4.717/65 e demais dispositivos de regência, propor a presente:

AÇÃO POPULAR COM PEDIDO LIMINAR

"*Inaudita Altera Pars*" - URGENTE

em face de **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 29.116.894/0001-61, com sede à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47, Parque Santo Amaro, nesta cidade,

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

CEP.: 28.030-045, representada por seu procurador, endereço eletrônico: **gabinete.procuradoriacamposrj@gmail.com** e **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.280.003/0001-99, com sede na Avenida José Alves de Azevedo, nº 233, Centro, Campos dos Goytacazes-RJ, CEP. 28.030-002 e-mail: **juscelio.souza@aguasdoparaiba.com.br**, pelas razões e fundamentos que abaixo expõe:

I-DO PEDIDO DE PROCESSAMENTO NA FORMA DO INCISO XXXIII E DA ALÍNEA "B" DO INCISO XXXIV, AMBOS DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – GRATUIDADE QUE POSTULA.

A autora desde já vem requerer o pedido de processamento na forma do inciso XXXIII e da alínea "b" do inciso XXXIV, ambos do artigo 5º da Carta Magna, e demais dispositivos de regência, ou seja, o deferimento da gratuidade.

II-DA LEGITIMIDADE

O art. 5º, LXXIII da Constituição Federal estabelece que *"qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural (...)".*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Conforme a lição de Hely Lopes Meirelles:

> *"Ação popular é o meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidação de atos ou contratos administrativos – ou a estes equiparados – ilegais e lesivos do patrimônio federal, estadual e municipal, ou suas autarquias, entidades para estatais e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiros públicos.*
>
> *A Constituição vigente, de 5.10.88, mantendo o conceito da Carta anterior, aumentou sua abrangência, para que o cidadão possa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII). Assim, pôs termo à dúvida se abrangeria também os atos praticados por entidades paraestatais (sociedade de economia mista, empresas públicas, serviços sociais autônomos e entes de cooperação), além dos órgãos da Administração centralizada).*
>
> *É um instrumento de defesa dos interesses da coletividade, utilizável por qualquer de seus membros. Por ela não se amparam direitos individuais próprios, mas sim interesses da comunidade. O beneficiário direto e imediato desta ação não é o autor; é o povo, titular do direito subjetivo ao governo honesto. O cidadão a promove em nome da coletividade, no uso de uma prerrogativa cívica que a Constituição da República lhe outorga.*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> *Presentemente a ação popular acha-se regulamentada pela Lei nº 4.717, de 9.6.65, que lhe dá o rito ordinário, com algumas alterações, visando à melhor adequação aos objetivos constitucionais da legalidade administrativa.*
>
> *Mas observe-se que essa lei é anterior à Constituição de 1967 e à Emenda de 1969, pelo que deve ser entendida à luz do novo texto constitucional." (in Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, "Habeas Data". São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p. 113-115).*

Segundo JOSÉ AFONSO DA SILVA, o autor popular age por legitimidade ordinária, visto que exerce o direito decorrente da soberania popular, de que é titular, como qualquer outro cidadão, em nome próprio, fiscalizando a gestão do patrimônio público, em se tratando de um instituto de democracia direta.

Nesta toada cumpre, ainda, à autora trazer à colação recente posição do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1882543-RJ, da relatoria do em. Ministro Gurgel de Faria, publicado em 09 de setembro de 2021, que, reformando o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementou, ***in verbis***:

> *"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. ADEQUAÇÃO. DECLARAÇÃO INCIDENTAL*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ATO ATACADO. POSSIBILIDADE.

1. 'É possível a declaração de inconstitucionalidade incidenter tantum de lei ou ato normativo federal ou local em sede de ação popular, desde que a controvérsia constitucional não figure como pedido, mas sim como causa de pedir ou questão prejudicial indispensável à resolução do litígio principal' (AgInt no REsp 1.792.563/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019).

2. Hipótese em que o pedido principal é o de ressarcimento ao erário de imposto que deixou de ser recolhido, ***tendo como causa de pedir suposto desvio de finalidade na expedição de decreto estadual que concedeu o benefício fiscal, o qual, embora aparentemente de caráter geral e abstrato, alegadamente teria sido editado com o propósito de beneficiar determinadas pessoas****. (grifei)*

3. Agravo interno desprovido."

No mesmo sentido:

"Do que se observa, o TJ/RJ, ao reconhecer a inadequação da ação popular para a declaração incidental de inconstitucionalidade do ato impugnado, divergiu do entendimento jurisprudencial desta Corte, nos termos dos seguintes julgados:

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. REMUNERAÇÃO DE PREFEITO. DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. POSSIBILIDADE. DETERMINAÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INFRINGÊNCIA AO ART. 927 DOCÓDIGO CIVIL. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. O acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que "entende ser possível a declaração incidental de inconstitucionalidade em Ação Popular, desde que a controvérsia constitucional não figure como pedido, mas sim como causa de pedir, fundamento ou simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal, em torno da tutela do interesse público" (STJ, AgInt no REsp 1.705.539/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2019). Nesse sentido: STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.495.317/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2016; AgInt no REsp 1.352.498/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/06/2018.

[...]
(AgInt no AREsp 1299825/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES,

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. BENEFÍCIOS FISCAIS. DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO DE EFEITOS CONCRETOS. CABIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE DE DECRETO ESTADUAL. DECLARAÇÃO INCIDENTER TANTUM. POSSIBILIDADE. 1. É possível a declaração de inconstitucionalidade incidenter tantum de lei ou ato normativo federal ou local em sede de ação popular, desde que a controvérsia constitucional não figure como pedido, mas sim como causa de pedir ou questão prejudicial indispensável à resolução do litígio principal. Precedentes.
2. Na espécie, a ação popular ajuizada na origem se volta contra ato administrativo de efeitos concretos, emanado do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, que firmou contrato de competitividade com sindicatos prevendo a redução da base de cálculo de ICMS. Assim, infere-se que a declaração de inconstitucionalidade dos decretos estaduais não figura como pedido principal da ação, mas apenas causa de pedir, o que afasta a tese de inadequação da via eleita.
3. Agravo interno do Estado do Espírito Santo a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1792563/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 25/09/2019)

Nesse mesmo sentido: REsp 1755088/ES, rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

em 15/08/2019, DJe 11/10/2019; AgRg nos EDcl no REsp 1495317/RS, rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 22/03/2016.

Dessa forma, insubsistente a inadequação da via eleita reconhecida pela Corte a quo, é de rigor o prosseguimento do julgamento do agravo de instrumento no âmbito daquele Sodalício."

Desse modo, entende a postulação pela sua legitimidade e plausividade.

III-DOS ATOS IMPUGNADOS

O ato impugnado na presente ação popular é o **Sexto Termo Aditivo ao termo de rerratificação** do Contrato de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico de água e esgoto sanitário no perímetro urbano do município de Campos dos Goytacazes e os demais atos administrativos editados dele provenientes por arrastamento.

Este Termo aditivo foi feito **sem licitação** e de forma ilegal e lesiva. Data de 06 de março de 2020, e prorrogou o contrato de concessão pelo prazo de 180 meses contados do fim da citada concessão.

Os atos impugnados podem ser submetidos a ação popular, vez que o citado termo foi firmado no ano de 2020,

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

portanto, dentro dos 05 anos previstos na LAP. Eis o inteiro teor:

PREFEITURA DE CAMPOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DO PREFEITO

SEXTO TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Aos seis dias do mês de março do ano de 2020, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**, neste ato representado pela. Exmo. Prefeito Municipal, Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira, inscrito no CNPJ/MF nº 29.116.894/0001-61, e doravante denominado CONCEDENTE, e a concessionária de serviços públicos **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A**, CNPJ/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, neste ato representado por seus Diretores, Marcio Salles Gomes, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 09422791-5 emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 023.948.017-19 e Juscélio Azevedo de Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 201182283-1 emitida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF sob o nº 290.267.506-25, conforme documentação comprobatória devidamente apresentada e anexada, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato originário da Concorrência Pública nº001/96, atinente à concessão pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, através do Processo Administrativo nº 2019.032.000319-0-PA, que reger-se-á pela legislação aplicável a espécie, em especial pelas Leis Federais 8.666/1993, 8.987/1995 e 11.445/2007, legislação e normas que são consideradas como complementares, bem como os considerandos que se seguem, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que o Município de Campos dos Goytacazes vem sofrendo com a acentuada queda na arrecadação municipal em função da redução dos royalties de petróleo nos últimos anos.

Considerando que o Município de Campos dos Goytacazes, em especial a população campista, vem sofrendo com a situação macroeconômica do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, impactando diretamente na sua condição econômica.

Considerando a necessidade de adequação do orçamento municipal à atual realidade

1

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ | www.campos.rj.gov.br

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

econômico-financeira na qual o Município está incluído e prezando pelo equilíbrio das contas públicas.

Considerando a aplicação do desconto de 3,5% (três virgula cinco de por cento) sobre o valor da tarifa referencial de água (TRA), a ser aplicado em todas as classes de usuários.

Considerando que nas localidades inseridas nos distritos listados no Decreto Municipal 240/2016, até a referência agosto de 2021, passarão a ser faturadas de acordo com o volume mínimo para cada uma das economias cadastradas.

Considerando a substituição dos realinhamentos tarifários faltantes previstos no 3º Termo Aditivo, com consequente postergação e parcelamento dos novos realinhamentos a partir de 2021

Considerando o inequívoco impacto na equação econômico-financeira do contrato de concessão em razão das medidas adotadas pelo Município de Campos dos Goytacazes de acordo com os Estudos Técnicos apresentados por consultoria especializada.

Considerando que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é uma previsão da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos, devendo o Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma menos gravosa para os usuários, buscando preservar, o máximo possível, a modicidade tarifária;

Acordam as partes signatárias celebrar o presente Termo Aditivo, regido pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Em vista do quanto disposto nos considerados acima, este instrumento tem como objeto garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO face às mudanças introduzidas pelo Município de Campos dos Goytacazes no Contrato de Concessão, conforme estudo técnico apresentado pela contratada e ratificado por parecer técnico e econômico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana no Ofício nº 025/2020 - GAB e parecer jurídico da Douta Procuradoria Geral do Município de Campos dos Goytacazes sob nº 065/2020/PGM, com aprovação da minuta exarado no verso, que passam a fazer parte integrante e inseparável do presente **TERMO ADITIVO**, independentemente de transcrição.

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

PREFEITURA DE CAMPOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Os itens 1.3 e 1.4 da Cláusula Primeira do Quarto termo Aditivo ao termo de rerratificação do Contrato de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico de Água e Esgoto Sanitário nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes passarão a viger com as seguintes modificações:

> **"CLÁUSULA PRIMEIRA**
>
> **(...)**
>
> **1.3 A Concessionária, para as localidades inseridas nos Distritos Listados no Decreto Municipal 240/2016, até o mês de agosto de 2021 deverá observar o volume mínimo por economia, independentemente do volume efetivamente consumido, que será paga mensalmente pelo Município.**
>
> **1.4 A Fatura emitida mensalmente para o Município será o produto da Tarifa Básica vigente, multiplicada pelo volume mínimo de 10m³ (dez metros cúbicos) multiplicado pelo número de economias localizadas nos Distritos Listados no Decreto Municipal 240/2016.**
>
> **(...)"**

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 – Fica implantada a aplicação do desconto de 3,5% (três virgula cinco de por cento) sobre o valor da tarifa referencial de água (TRA), a ser aplicado em todas as classes de usuários a partir da referência março/2020, sem prejuízo da incidência do reajuste contratual anual, observada a data de sua periodicidade.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 – Os realinhamentos tarifários de 2,33% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) previstos na cláusula 2º do Terceiro Termo Aditivo, que seriam aplicados nas referências de janeiro de 2020 e janeiro de 2021 serão substituídos por aqueles previstos na Cláusula Quinta do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 – Para parcial compensação dos efeitos das perdas incorridas pelas alterações

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ | www.campos.rj.gov.br

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

propostas no presente Termo Aditivo, conforme estudo econômico-financeiro elaborado por consultoria especializada constante do processo administrativo nº 2019.032.000319-0 – PA, os realinhamentos tarifários de 2,33% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) que seriam aplicados nos meses de janeiro de 2020 e janeiro de 2021, serão substituídos por 5 (cinco) realinhamentos tarifários de 1,946% (um inteiro e novecentos e quarenta e seis milésimos de por cento), que serão aplicados nas referências de janeiro dos anos de 2021 a 2025.

5.2 - Os realinhamentos referidos no caput desta cláusula serão aplicados cumulativamente com os reajustes anuais contratualmente previstos, que tem por objetivo repor a variação inflacionária dos custos dos insumos da Concessionária, definidos na metodologia contratual de reajuste prevista na Cláusula Quarta do Terceiro Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 - Como instrumento complementar indispensável à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estudo econômico-financeiro elaborado por consultoria especializada constante do processo administrativo nº 2019.032.000319-0 – PA, o prazo do Contrato de Concessão fica estendido por mais 180 (cento e oitenta) meses a contar do término do prazo da concessão, incluindo a previsão de ampliação de prazo previsto nos Segundo e Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato.

6.2 - A presente extensão, implementada exclusivamente para fins de privilegiar a modicidade tarifária, a capacidade de pagamento da população e dos próprios municipais no procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, mantem, por tal razão, o direito de aplicação futura, pelas Partes signatárias, da clausula contratual relativa a prorrogação do prazo, que permanece inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - Com a assinatura do presente Termo Aditivo, a Concessionária dá ao Município de Campos dos Goytacazes plena, rasa e completa quitação da dívida hoje existente relativa a débitos vencidos até o mês de dezembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 – O prazo para conclusão da execução das obras referentes à implantação do sistema de esgoto sanitário na grande Guarus na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, previsto na

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

PREFEITURA DE CAMPOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DO PREFEITO

cláusula Segunda do item 2.2 do 4º Termo Aditivo, alterada pela Cláusula Primeira do Quinto Termo Aditivo, passa a ser até dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA

10.1 - O presente termo aditivo encontra amparo legal no Artigo 9º, § 3º e 4º da Lei Federal nº 8987/1995 e no consoante Parecer nº 065/2020– PGM da Procuradoria Geral do Município, que passa a fazer parte integrante e inseparável dos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA

9.1 - Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas cláusulas do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, celebram as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Campos dos Goytacazes, 06 de Março de 2020.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA
Marcio Salles Gomes **Juscélio Azevedo de Souza**

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

5

Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47 | Pq. Santo Amaro | Campos dos Goytacazes/RJ | www.campos.rj.gov.br

Evidentemente que a referida prorrogação ao contrato prevista na cláusula 6.1, sem licitação é manifestamente ilegal, inconstitucional e abusiva, a teor do

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

que prescreve o artigo 175 da Carta Magna e demais dispositivos infraconstitucionais de regência, bem como pela jurisprudência uníssona dos Tribunais Superiores, devendo, por isso, ser decretada a sua ilegalidade de plano, com imediata abertura pelo município de Campos dos Goytacazes do processo de licitação, após o fim do período do termo antecedente, vez que a última Ré encontra-se na exploração do serviço de água e esgoto de Campos há mais de 26 anos, ditando politicas tarifárias e outras ilegalidades, transformando a exploração do serviço de água e esgoto de Campos pela eternidade.

A propósito, o Poder Legislativo do município de Campos dos Goytacazes, através de procedimentos instaurados contra a Ré, em setembro de 2021, por unanimidade, recomendou ao Poder Executivo local diversas providências contra a Ré, ante a ausência de legalidade no exercício da concessão, com amparo da Lei das Licitações e na própria Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, cujo teor segue em anexo.

Além disso, a última ré comete inúmeras ilegalidades, posto que, ao longo dos últimos 05 anos, vem ditando as tarifas do serviço de água e esgoto, com o uso de sucessivas liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, invadindo a competência do Poder Executivo da cidade de Campos, como pode ser observado nos processos nºs 0001314-65.2022.8.19.0014 e 0000839-75.2023.8.19.0014, ambos em curso pela 3ª Vara Cível da

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Comarca de Campos dos Goytacazes-RJ e seus respetivos recursos.

Link do processo nº 0001314-65.2022.8.19.0014:
https://drive.google.com/file/d/18BrOAmxadcP-i5bIyvtbbTfLuynQW1pE/view

Link do processo nº 0000839-75.2023.8.19.0014:
https://drive.google.com/file/d/1pfoc2kuSnf0tXbGVdQJ_jEmgBM1d62nR/view

Sucede que, ainda que precário, existia um controle da cidadania, **através do voto**, que de certa forma legitimava a tarifa praticada.

Todavia, com a invasão do Poder Judiciário para aumentar tarifa de água e esgoto, sem qualquer processo de contraditório, aliado ao que ficou decidido pelo Poder Legislativo local, além da ilegalidade dos atos impugnados, ficamos diante de uma ditadura da última Ré, que é detentora de contrato de concessão que se transformou em contrato de tempo indeterminado.

De modo que nem o voto da população campista consegue legitimar o administrador para evitar as tarifas superfaturadas trazidas pela última Ré nos últimos anos, frente as decisões invasivas de mérito administrativo prolatadas por membros da instância revisora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio, sem qualquer contraditório, deixando a população da

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

cidade em desespero, já que a mídia foi cooptada pelas polpudas verbas publicitárias, mantidas pela última Ré ao longo dos anos.

IV-DO DIREITO VIOLADO

Estabelece o artigo 175 da Carta Magna a regra para as licitações, sendo pacífica a posição do Egrégio Supremo Tribunal Federal, ***in verbis:***

> *"Agravo regimental nos embargos de declaração no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Prequestionamento. Ausência. Indeferimento de diligência probatória. Inexistência de repercussão geral. Concessão de transporte público. Prorrogação do contrato sem licitação. Impossibilidade. Precedentes. 1. É inadmissível o recurso extraordinário se o dispositivo constitucional que nele se alega violado não está devidamente prequestionado. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF. 2. O Plenário da Corte, no exame do ARE nº 639.228/RJ, Relator o Ministro Cezar Peluso, Tema 424, concluiu pela ausência de repercussão geral do tema relativo à suposta violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa nos casos de indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial, dado o caráter infraconstitucional da matéria. 3.* ***É pacífica a orientação do Supremo Tribunal Federal de que, nos termos do art. 175, caput, da Constituição Federal, é imprescindível prévia licitação para***

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> ***a concessão ou a permissão da exploração de serviços públicos. Destarte, são inconstitucionais as prorrogações de concessão e de permissão que vão de encontro à referida premissa, inclusive as de contratos formalizados antes de 5 de outubro de 1988****. 4. Agravo regimental não provido. 5. Majoração da verba honorária em valor equivalente a 10% (dez por cento) do total daquela já fixada (art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC), observada a eventual concessão do benefício da gratuidade da justiça". (ARE 869.007 ED-AgR / DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 26/5/2017) (grifo nosso)*

O Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.058-DF, em 19/12/2018, em acórdão da lavra do em. Ministro Alexandre de Moraes, assim ementou, ***in verbis:***

> *"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. ART. 42 DA LEI 8.987/1995, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.445/2007. NORMA COM EFICÁCIA EXAURIDA. CONHECIMENTO PARCIAL. NOVA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO APÓS VENCIMENTO DO PRAZO DO CONTRATO. NECESSIDADE DE NOVA LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO.*
>
> ***1.*** *ADI não conhecida com relação aos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 42 da Lei 8.987/1995, pois decorrido o prazo*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> *máximo de validade em 31 de dezembro de 2010. Precedente: ADI 1.979, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ de 23/6/1999.*
>
> ***2.*** *Interpretação conforme à Constituição conferida ao § 1º do art. 42 da Lei 8.987/1995, no sentido de ser imprescindível a realização de licitação prévia à nova delegação a terceiros.*
>
> ***3.*** *Ação conhecida parcialmente e, nessa parte, julgada parcialmente procedente."*

Conforme assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

> *"A alteração é inteiramente despida de sentido. Com efeito, o vencimento do contrato enseja sempre a retomada do serviço pelo concedente ou o prosseguimento da delegação através de novo contrato. Só que, neste último caso, será indispensável a licitação, formalidade exigida pelo art. 175 da CF. O silêncio da norma ora vigente quanto à licitação não pode ser interpretado como sinal de dispensa do certame; interpretação em tal direção seria flagrantemente inconstitucional." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014)*

Note-se que a posição do Plenário do Supremo julgou o tema que proíbe a prorrogação de contratos de concessão sem o prévio certame licitatório.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Mesmo assim, o município, em 06 de março do ano de 2020, de forma ilegal e abusiva, celebrou com a última Ré o Sexto Termo Aditivo, em colisão frontal com a lei, doutrina e a jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal.

Também não se pode perder de vista que o grupo econômico que explora o serviço em Campos opera em todo o Estado, sendo certo que vem monopolizando a água e esgoto em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, os atos administrativos impugnados são nulos de pleno direito, vez que não encontram qualquer amparo legal, além da nítida violação frontal e direta a moralidade e legalidade, consoante se depreende dos precedentes abaixo colacionados:

> *"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO QUE OBJETIVA A EXPLORAÇÃO DA PONTE PRESIDENTE COSTA E SILVA (PONTE RIO-NITERÓI). AUSÊNCIA DE LESIVIDADE ECONÔMICA. DEFESA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA. ATOS RELATIVOS À CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA PROCESSADA EM CONDIÇÕES QUE IMPLIQUEM NA LIMITAÇÃO DAS POSSIBILIDADES NORMAIS DE COMPETIÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA.*
> *1. A Constituição da República vigente, em seu art. 5º, inc. LXXIII, inserindo*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

no âmbito de uma democracia de cunho representativo eminentemente indireto um instituto próprio de democracias representativas diretas, prevê que "qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência". Tal dispositivo deixa claro que a ação popular, também, é cabível com vistas a anular atos lesivos à moralidade administrativa.

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 170.768/SP, pacificou ser ausente a contrariedade ao art. 5º, LXXIII, da Lei Maior por entender que, para o cabimento da ação popular, basta a ilegalidade do ato administrativo a invalidar, por contrariar normas específicas que regem a sua prática ou por se desviar de princípios que norteiam a Administração Pública, sendo dispensável a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos.

3. No presente caso, o ato impugnado consiste na pré-qualificação da concorrência para concessão da exploração da Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói) realizada em 1993, ao passo que o art. 4º, III, c, a Lei n. 4.717/65 registra como nulos os atos relativos à concorrência administrativa processada em condições que impliquem na limitação das possibilidades normais de competição.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> *4. O art. 4º, III, c, a Lei n. 4.717/65 registra como nulos os atos relativos à concorrência administrativa processada em condições que impliquem a limitação das possibilidades normais de competição.*
>
> *Assim, mesmo não havendo lesão no sentido pecuniário, de prejuízo econômico para o Estado, a ação popular é cabível, uma vez que visa proteger não apenas o patrimônio pecuniário, mas também o patrimônio moral e cívico da administração.*
>
> *5. Nesse contexto, não há que se cogitar em lesão somente quando da celebração do contrato de concessão e, pois, em ausência de interesse processual.*
>
> *6. Recurso especial não provido." (REsp 849.297/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2012, DJe 08/10/2012)*

Neste prisma, e em atendimento ao normativo constitucional, fora editada a Lei Federal n 8.987/1995, que *"dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências"*, e assim preconiza em seus dispositivos:

> *"Art. 1º* ***As <u>concessões de serviços públicos</u> e de obras públicas e as permissões de serviços públicos <u>reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por</u>***

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

***esta Lei*, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos**.*

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

*I - **poder concedente**: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o **Município, em cuja competência se encontre o serviço público**, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*

*II - **concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência**, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*

*Art. 14. **Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório**."*

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Recentemente, em 15 de julho de 2020, fora editada a Lei Federal no 14.026/2020, também denominada de Novo Marco Regulatório do Saneamento, para constar de forma expressa, em seu art. 10, que ***"a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária".***

Ademais, **tal prorrogação é ilegal e contrária ao ordenamento jurídico vigente**, sobretudo considerando o que estabelecem os artigos 42 e 43 da Lei Federal no 8.987/95 abaixo transcritos:

> *"**Art. 42.** As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no art. 43 desta Lei.*
>
> *Art. 43. **Ficam extintas todas as concessões de serviços públicos outorgadas sem licitação na vigência da Constituição de 1988.**"*

Face ao acima exposto e dos dispositivos já transcritos, vejamos a abalizada doutrina do il. Professor Marçal Justen Filho sobre o tema:

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> *"**Sob outro enfoque, a prorrogação do prazo traduzir-se-ia em meio de impedir a aplicação da lei nova**. Desse modo, seria frustrada a determinação normativa acerca da observância de certas regras na outorga de concessões. Supondo-se que a decisão de prorrogar derivasse de juízo de conveniência do Estado, ter-se-ia de reconhecer que a margem de liberdade de que os agentes públicos podem gozar encontra limites na Constituição e na lei.*
>
> ***A Constituição impõe a realização de licitação prévia à outorga da concessão**. **A Lei n. 8.987 estabelece as condições a serem observadas nas licitações e o regime jurídico próprio. Não há cabimento de frustrar a incidência dessas determinações através de um juízo de conveniência orientado a dar continuidade à situação anterior. Há dados objetivos no sentido de que a conveniência para o interesse público reside em realizar licitação e sujeitar a concessão ao regime da lei vigente**."*

Sendo assim, não resta dúvida quanto a manifesta ilegalidade dos atos impugnados consubstanciados na prorrogação do contrato de água e esgoto sanitário na cidade de Campos dos Goytacazes por mais 180 (cento e oitenta) meses.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

V-<u>DA ILEGALIDADE, DESVIO DE FINALIDADE E VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E EFICIÊNCIA</u>.

Trata-se de atos danosos ao erário, não sendo crível que se agrave conversão de ato em fato administrativo manifestamente lesivo ao erário municipal, diante das ilegalidades apontadas, bem como ante a magnitude da lesão, o desvio de finalidade e a transgressão frontal e direta aos princípios da legalidade, moralidade e da eficiência administrativa.

A Lei da Ação Popular relaciona as hipóteses em que o ato deve ser considerado nulo. No caso concreto, estão presentes, com fácil constatação, a inexistência de motivos e o desvio da finalidade, além da violação aos princípios constitucionais acima mencionados.

Prescreve o artigo 2º da Lei nº 4.717/65:

> ***Art** 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:*
>
> *a) incompetência;*
> *b) vício de forma;*
> *c) ilegalidade do objeto;*
> ***d) inexistência dos motivos;***
> ***e) desvio de finalidade.***
>
> *Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

b) o vício de forma consiste na omissão ou da observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;

c) a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;

d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;

e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência. (Não existem destaques no original)

É o que ensinava, por exemplo, Hely Lopes Meirelles:[1]

O terceiro requisito da ação popular é a lesividade *do ato ao patrimônio público… E essa lesão tanto pode ser* efetiva *quanto* legalmente presumida*, visto que a Lei regulamentar*

[1]Meirelles, Hely Lopes, *in* "Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção e Habeas-Data", 13ª ed., Ed. RT, p. 91, 1991.

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

estabelece casos de presunção de lesividade *(art. 4º), para os quais basta a prova da prática do ato naquelas circunstâncias, para considerar-se lesivo e nulo de pleno direito.*

A finalidade da ação popular é anular atos lesivos ao patrimônio público, tendo como requisitos essenciais sua ilegalidade e a existência de prejuízo. Ensinava Hely Lopes Meirelles que *"(…) a finalidade da ação popular é a obtenção da correção nos atos administrativos ou nas atividades delegadas ou subvencionadas pelo Poder Público (…) "*[2]

Hely Lopes Meirelles ensinava que *"lesivo é todo o ato ou omissão administrativa que desfalca o erário ou prejudica a Administração, assim como o que ofende bens ou valores artísticos, cívicos, culturais, ambientais ou históricos da comunidade"*[3] ou, ainda, *"toda manifestação de vontade da Administração, danosa aos bens e interesses da comunidade."*[4]

Caio Tácito também ensina que *"o remédio constitucional visa a resguardar a moralidade administrativa, possibilitando aos cidadãos o direito de tutelar a coisa pública contra a fraude, a improbidade, o favoritismo, a aplicação* ***inidônea de bens e dinheiros públicos*** *ou outros quaisquer atos*

[2]Meirelles, Hely Lopes, *in* "Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção e Habeas-Data", 13ª ed., Ed. RT, p. 95, 1991.
[3]Meirelles, Hely Lopes, *in* "de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção e Habeas-Data", 13ª ed., Ed. RT, p. 91, 1991.
[4]Id., p. 94. Mandado

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

ilegais da Administração que causem dano ao patrimônio público."[5]

A conduta dos réus é vedada pela legislação, pelo que deve ser imediatamente interrompida, com a suspensão imediata do ato impugnado apontado que editou o **Sexto Termo Aditivo ao termo de rerratificação** do Contrato de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico de água e esgoto sanitário com o município de Campos dos Goytacazes em 06 de março de 2020, diante da ausência ou previsão no Direito Público e por conseguinte manifesta ilegalidade.

> *"... O objeto da ação popular foi ampliado ao nível constitucional à proteção da moralidade administrativa. (...). Será mais difícil a compreensão da moralidade* ***administrativa,*** *como fundamento para anular ato que a lese, a* ***moralidade*** *é definitiva como um dos princípios da administração pública (art. 37). Todo ato lesivo ao patrimônio agride a moralidade administrativa. Mas o texto constitucional não se conteve nesse aspecto apenas da moralidade.(Quer que a moralidade administrativa em si seja fundamento de nulidade do ato lesivo (...)"* (***JOSÉ AFONSO DA SILVA -*** *Curso de Direito Constitucional Positivo, SP, RT, 5ª ed., p. 398).*
>
> *A* ***AÇÃO POPULAR -*** *este notável instrumento democrático que* ***ante a omissão*** *indesculpável dos órgãos que precipuamente deveriam ter a iniciativa de fazê-lo como o Ministério Público,*

[5]Tácito, Caio, in "O Abuso do Poder Administrativo no Brasil", RDA 56/1.

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Assembléias, e Tribunais de Contas entrega a titularidade da defesa do patrimônio público a todo e qualquer cidadão pressupõe a existência de lesividade e que esta seja decorrente de ilegalidade e, agora ou de resultar de ato repelido pela moral, determinando a nulidade do ato.

*Por outro lado, a **previsão e garantia constitucional** reconhecidas pelos arts. 37 e 5° LXXIII - notadamente ao alcance de **"moralidade,** lesividade e ilegalidade" - coloca Ação Popular em termos de conhecimento, **acima** dos recursos comuns, já que a disposição maior, constitui verdadeira norma **"em branco"** entregue ao julgador. Estará, assim, sempre à disposição dos Tribunais Superiores, em qualquer instância, para verificar se a simples enunciação do fato constitui, ou não, ato lesivo ao interesse público, o que desde já se prequestiona..."*

VI-DA REPERCUSSÃO GERAL

Neste sentido, decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal em Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 824.781 do Mato Grosso, julgado em 27/08/2015, da lavra do Ministro Dias Toffoli, que assim ementou, ***in verbis:***

"Direito Constitucional e Processual Civil. Ação popular. Condições da ação. Ajuizamento para combater ato lesivo à moralidade administrativa. Possibilidade.

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, n° 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Acórdão que manteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por entender que é condição da ação popular a demonstração de concomitante lesão ao patrimônio público material. Desnecessidade. Conteúdo do art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal. Reafirmação de jurisprudência. Repercussão geral reconhecida.

1. O entendimento sufragado no acórdão recorrido de que, para o cabimento de ação popular, é exigível a menção na exordial e a prova de prejuízo material aos cofres públicos, diverge do entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal.

2. ***A decisão objurgada ofende o art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal, que tem como objetos a serem defendidos pelo cidadão, separadamente, qualquer ato lesivo ao patrimônio material público ou de entidade de que o Estado participe, ao patrimônio moral, ao cultural e ao histórico****.*

3. Agravo e recurso extraordinário providos.

4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência.

Decisão: *O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber. O Tribunal, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

manifestaram os Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Teori Zavascki. Não se manifestaram os Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber.

Ministro DIAS TOFFOLI
Relator" (grifei)

No mesmo sentido, cumpre esclarecer posição do Supremo no RE nº 170.768/SP em acórdão da lavra do em. Ministro Ilmar Galvão, publicado no Diário de Justiça de 13-08-1999 – página 16, que assim ementou, ***in verbis:***

"EMENTA: AÇÃO POPULAR. ABERTURA DE CONTA EM NOME DE PARTICULAR PARA MOVIMENTAR RECURSOS PÚBLICOS. PATRIMÔNIO MATERIAL DO PODER PÚBLICO. MORALIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 5°, INC. LXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O entendimento sufragado pelo acórdão recorrido no sentido de que, ***para o cabimento da ação popular, basta a ilegalidade do ato administrativo a invalidar, por contrariar normas específicas que*** *regem a sua prática ou por se desviar dos princípios que norteiam a Administração Pública, dispensável a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos, não é, ofensivo ao inc. LXXIII do art. 5° da Constituição Federal, norma esta que abarca não só o patrimônio material do Poder*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> *Público, como também o patrimônio moral, o cultural e o histórico.*
>
> *As premissas fáticas assentadas pelo acórdão recorrido não cabem ser apreciadas nesta instância extraordinária à vista dos limites do apelo, que não admite o exame de fatos e provas e nem, tampouco, o de legislação infraconstitucional.*
>
> *Recurso não conhecido." (grifei)*

O Supremo tem orientação jurisprudencial no sentido de que, para o cabimento da Ação Popular, basta a demonstração da nulidade do ato e da lesividade, que se <u>presume.</u>

> *"No preciso ensinamento de RAFAEL BIELSA, "o móvel, pois, da ação popular, não é apenas restabelecer a legalidade, mas também Punir ou reprimir a imoralidade administrativa. Nesse duplo fim vemos a virtude desse singular meio jurisdicional, de evidente valor educativo" ("A ação popular e o poder discricionário Administração", **in** "Revista de Direito Administrativo" vol. 38/40).*

Não há dúvida quanto à presença da ilegalidade, lesividade e o desvio de finalidade dos atos administrativos impugnados, vez que visam privilegiar pessoa jurídica de direito privado sem qualquer critério que fundamente os atos administrativos de forma plausível.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

O exercício da cidadania não pode quedar-se inerte diante de tamanha imoralidade à custa do contribuinte, afinal é direito da cidadania um governo honesto.

No ensinamento de Hely Lopes Meirelles que se aplica totalmente ao caso em tela:

> *"A medida liminar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final, é procedimento acautelador do possível direito do impetrante, justificado pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Por isso mesmo, não importa prejulgamento; não afirma direito. Nem nega poderes à Administração. Preserva, apenas, o impetrante de lesão irreparável, sustando provisoriamente os efeitos do ato impugnado", /> (in: **Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, "Habeas Data"**. 14ª ed., São Paulo, Malheiros, 1990, p. 56s.).*

No mesmo sentido:

> *"EMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO POPULAR. LIMITES DO JULGAMENTO. O exame judicial dos atos administrativos se dá sob o ponto de vista da **respectiva legalidade e de sua eventual lesividade ao patrimônio público** (Lei nº 4.717, de 1997, art. 2º), ou simplesmente da legalidade nos casos em que o prejuízo ao patrimônio público é **presumido** (Lei nº 4.717, de 1965, art. 4º); **o***

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> ***julgamento sob o ângulo da conveniência do ato administrativo usurpa competência da Administração.*** *Recurso Especial conhecido e provido."STJ, Resp. nº 100.237/RS, 2ª T., Rel. Min. Ari Pargendler, DJU 26.05.1997).*

VII-DA LESÃO À MORALIDADE ADMINISTRATIVA

O Constituinte de 1988 ampliou o objeto da ação popular para instituir como causa autônoma a lesão à moralidade administrativa. Dessa forma, viabiliza-se a ***actio popularis*** **independentemente e dano concreto ao Erário.**

Nesse sentido, leciona Rodolfo De Camargo Mancuso:

> *"(...) impende destacar um relevante aspecto se a causa da ação popular for um ato que o autor reputa ofensivo à moralidade administrativa, sem outra conotação de palpável lesão ao erário, cremos que em princípio a ação poderá vir a ser acolhida, em restando provada tal pretensão, porque a atual CF erigiu a moralidade administrativa em fundamento autônomo para a ação popular".*

Nesse caso, arremata:

> *"(...) tratando-se de ação popular proposta sob fundamento exclusivo de ofensa à moralidade administrativa, o*

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> *pedido pode restringir-se à só desconstituição do ato, pois nesses casos é possível que não tenha ocorrido, propriamente, lesão ao erário público."*

Por conseguinte, ainda que porventura não se vislumbre lesão ao Erário por conta de eventual prestação de serviços por parte dos beneficiários dos atos, ***ad argumentandum tantum***, mesmo assim haverão de ser desconstituídos em face da escancarada imoralidade com que emanados.

Nessa linha de raciocínio já decidiu p Egrégio STJ:

> *"A ação popular visa a proteger, entre outros, o patrimônio público material e, para ser proposta, há de ser demonstrado o binômio ilegalidade/lesividade. Todavia, a falta de um ou outro desses requisitos não tem o condão de levar, por si só, à improcedência da ação. Pode ocorrer de* ***a lesividade ser presumida****, em razão da ilegalidade do ato;* ***ou que seja inexistente, tais como nas hipóteses em que apenas tenha ocorrido ferimento à moral administrativa****" (STJ – 2ª T. – Resp. 479.803, rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 22.08.2006, p. 247)- grifamos.*
>
> *"(...) 2. A elevação da dignidade do princípio da moralidade administrativa em nível constitucional, embora desnecessária, porque no fundo o Estado possui uma só personalidade,*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> *que é a moral, consubstancia uma conquista na Nação que, incessantemente, por todos os seguimentos, estava a exigir uma providencia mais eficaz contra a prática de atos administrativos violadores desse princípio.* ***3. A ação popular protege interesses não só de ordem patrimonial como, também, de ordem moral e cívica****.* ***O imóvel, pois, da ação popular não é apenas restabelecer a legalidade, mas também punir ou reprimir a imoralidade administrativa. Nesse duplo fim vemos a virtude desse singular meio jurisdicional, de evidente valor educativo*** *(Rafael Bielsa, "A Ação Popular e o poder discricionário da Administração)". (STJ – 1ª T. – Resp. nº 579.541-SP, rel. Min. José Delgado, DJ 19.04.2004, p. 165) – grifamos.*

Nesse sentido decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 260.821-SP, da lavra da em. Ministra Eliana Camon, publicado no DJe de 19/05/2003, cuja ementa segue abaixo ***in verbis:***

> *"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - AÇÃO POPULAR - LESÃO OU DANO AO ERÁRIO.*
>
> *1. A ação civil pública subsumiu a ação popular que permaneceu importante em razão da específica legitimação para agir.*
>
> *2. Âmbito da ação popular que não está limitada ao desfalque do patrimônio material. O desfalque pode ser do patrimônio paisagístico,*

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

ambiental, etc., ou do patrimônio moral.

3. ***Moralidade administrativa que pode ser resguardada via ação popular****.*

4. Recurso especial improvido." (grifei)

VIII-DA NECESSIDADE DO IMEDIATO CONTROLE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES SOBRE A CONCESSÃO DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - INTELIGÊNCIA DOS INCISOS I E V DO ARTIGO 30 DA MAGNA CARTA.

Uma vez decretada a nulidade dos atos impugnados nesta ação, ou seja, o **Sexto Termo Aditivo ao termo de rerratificação encetado entre o Município de Campos dos Goytacazes e a personalidade jurídica Águas do Paraíba S/A que prorrogou, sem licitação e de forma manifestamente ilegal e lesiva o contrato de concessão pelo prazo de 180 meses, contados do fim da citada concessão,** é necessário que o 1º Réu implemente o imediato processo de licitação da cidade, considerando a distância do edital de licitação em que a última Ré saiu vencedora.

Essa implementação deve ser feita ainda sem a previa indenização.

"PROCESSUAL CIVIL. PERMISSÃO DE

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

SERVIÇO PÚBLICO. FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO. RETOMADA. CONDICIONAMENTO À PRÉVIA INDENIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 42 DA LEI 8.987/1995. TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto contra decisão que condicionou a retomada de serviço público objeto de permissão, outorgada antes da Constituição Federal de 1988 e sem anterior procedimento licitatório, à prévia indenização da permissionária, sob o fundamento do art. 42, § 3º, da Lei 8.987/1995.

2. A jurisprudência do STJ entende que não se aplica a previsão indenizatória do art. 42 da Lei 8.987/1995 para os casos de permissão de serviço público, fundamento suficiente para a cassação do acórdão recorrido. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.369.247/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 3.2.2017; AgRg no REsp. 1.358.747/RJ, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 30.9.2015; AgRg no AREsp 481.094/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21.5.2014; REsp 443.796/MG, Rel. Min. Franciulli Netto, Segunda Turma, DJ de 03.11.03.

3. ***O STJ sedimentou a compreensão de que a retomada dos serviços públicos pelo Poder Público, objeto de contratos de concessão ou permissão por implemento do seu prazo final ou por nulidade, não pode ser condicionada à prévia indenização, de forma a garantir a continuidade***

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

do serviço. A propósito: REsp 1.422.656/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21.3.2014; AgRg no REsp 1.505.433/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Rel. p/ Acórdão Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6.9.2016.

4. Conforme decidido no citado REsp 1.422.656/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21.3.2014: "A prorrogação do contrato de permissão por longo prazo, fundamentada na necessidade de se organizar o procedimento licitatório, não pode ser acolhida para justificar a prorrogação efetuada, visto que tratam de suposto direito econômico das empresas que não podem se sobrepor ao preceito constitucional que obriga a licitar e visa garantir e resguardar o interesse público da contratação precedida de licitação. (...) Declarada a nulidade da permissão outorgada sem licitação pública, não se pode condicionar o termo final do contrato ao pagamento prévio de eventual indenização, cabendo ao Poder Público a retomada imediata da prestação do serviço, até a realização de nova licitação." (REsp 1.422.656/RJ, Rel. Ministro Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21.3.2014).

5. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que é indispensável a realização de prévio procedimento licitatório para que se possa cogitar de indenização aos permissionários de serviço público de transporte coletivo em razão de tarifas deficitárias, ainda que os Termos de

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Permissão tenham sido assinados em período anterior à Constituição Federal de 1988." (REsp 886.925/MG, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 21.11.2007).

6. O pedido de tutela de urgência merece ser acolhido para autorizar o Município de Rolim de Moura a retomar imediatamente o serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto. O Município ora recorrente busca a retormada do serviço público, prestado, segundo ele mesmo apurou, de forma deficitária, para outorgar a prestação do serviço público a empresa vencedora de procedimento licitatório, o que expõe o crescente prejuízo à população municipal pela demora na prestação jurisdicional.

7. Recurso Especial provido. Pedido de tutela de urgência deferido."
(Recurso Especial nº 1.643.802 – RO, da lavra do em. Ministro Relator Herman Benjamin - Segunda Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça - STJ, julgado em 14/03/2017 e publicado no DJe: 20/04/2017) (grifo nosso)

A última Ré, na verdade, como já dito, tornou-se eterna no serviço público da cidade a ponto da mídia corporativa não noticiar nada contra os seus interesses e seu grupo econômico, destoando da realidade, vez que o cidadão campista desaprova a prestação de serviços e as tarifas da concessionária de águas e esgoto.

A cidade necessita licitar os serviços e no edital

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

trazer o que a cidade cresceu nestes últimos 26 anos.

A prova disso é que as elevatórias que atendem a cidade foram construídas na época do império, quando a população era muito pequena, não havendo notícia de investimentos, principalmente na área central da cidade.

Essas elevatórias estão saturadas e causam um odor muito forte em vários bairros centrais da cidade, porque não mais suportam o crescimento da cidade com a construção de inúmeros edifícios, mas contando com a mesma estrutura de água e esgoto da época do império.

Não há cobrança da mídia corporativa em razão da mesma ter se tornado refém há anos em razão dos polpudos contratos de propaganda.

Na verdade, a população está refém de uma concessionária de serviço público cujos contratos se transformam em contratos de prazo indeterminado. Antes do término de um termo aditivo ocorre um outro termo.

IX-DO PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR

Conforme demonstrado anteriormente, são relevantes os fundamentos esposados pela Requerente, havendo adequação lógico-jurídica entre a situação fática descrita e suas consequências manifestamente nocivas ao erário público municipal.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Presente a plausibilidade jurídica do pedido, que é indiscutível no presente caso, dadas as razões que levam a inquinar de nulidade dos atos administrativos editados pelo município, nesta ação, diante dos vícios apontados e magnitude da lesão.

Presente o ***fumus boni juris*** em face da situação concreta de ilegalidade da avaliação e quebra das normas legais pertinentes. A ilegalidade evidencia-se na afronta ao princípio da legalidade, lesividade, proporcionalidade e razoabilidade, além de ferir os princípios constitucionais de legalidade, da supremacia do interesse público, vez que a população de Campos enfrenta a ditadura da última Ré que cooptou o serviço de concessão de água e esgoto da cidade se perpetuando no poder com manifestos atos ilegais aditivos ao contrato original e lesivos ao município de Campos

Conforme nos ensina Cintra, Grinover e Dinamarco (Teoria Geral do Processo, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985), *"a atividade cautelar foi preordenada para evitar que o dano oriundo da inobservância do direito fosse agravado pelo inevitável retardamento do remédio jurisdicional".* Quanto ao ***periculum in mora***, está na possibilidade da última Ré continuar a transgredir o ordenamento jurídico e continuar obstruindo o direito do município e da população em conhecer a abertura do processo de licitação, como manda a Constituição Democrática.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

> "***O perigo que legitima a concessão da medida cautelar inaudita altera parte, com ou sem justificativa prévia unilateralmente produzida no processo, é aquele que evidencia a existência de um estado de necessidade processual de segurança, que efetivamente não se concilia temporalmente com qualquer outra dilação temporal e que, independentemente da suposição de dolo ou má-fé do réu, ainda assim dispensa a sua prévia citação, porque o tempo ou eventuais comportamentos do réu poderão frustrar os objetivos da cautela concedida, prenunciando que o deferimento da medida em momento subseqüente não mais encontrará os fatos em condições de sofrer a modificação que a concessão da cautela reclama"*** (CUNHA, Alcides Munhoz da, "Comentários ao Código de Processo Civil – Volume 11", Coordenação Ovídio Batista da Silva, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 804).

Nos termos do art. 5º, paragrafo 4º da Lei 4.171/65, bem como os artigos 294/297 e 300 do atual Estatuto Processual, Súmula 60 do Egrégio Tribunal de Justiça desse Estado, e presentes a ilegalidade e a necessidade de urgência, a autora considera fundamental que os atos apontados tenham seus efeitos jurídicos suspensos até decisão final desta Ação Popular, tendo em vista os riscos iminentes e de difícil reparação à moralidade administrativa e ao patrimônio público, e por entenderem demonstrados o ***fumus boni iuris*** e o ***periculum in mora***, ante a ilegalidade, lesividade e

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

imoralidade dos atos administrativos impugnados, além do manifesto desvio de finalidade, o que é inegavelmente lesivo ao erário público municipal.

Por isso, roga a Autora ao sábio e honrado Magistrado que se digne conceder a tutela provisória a fim de **suspender liminarmente** os efeitos do **Sexto Termo Aditivo ao termo de rerratificação encetado entre o Município de Campos dos Goytacazes e a personalidade jurídica Águas do Paraíba S/A - e os demais por arrastamento - que prorrogou, sem licitação e de forma manifestamente ilegal e lesiva, o contrato de concessão pelo prazo de 180 meses, contados do fim da citada concessão, determinando ao município o imediato início do processo de licitação do serviço de água e esgoto, na forma do artigo 175, caput da Carta Magna**, até a sentença final, à teor do que prescreve o atual Estatuto Processual.

X-DOS PEDIDOS

Assim sendo, ante as razões acima expostas, deferida a liminar, roga a autora a Vossa Excelência que se digne:

a) conceder a tutela provisória a fim de **suspender liminarmente** os efeitos do **Sexto Termo Aditivo ao termo de rerratificação** do Contrato de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico de água e esgoto sanitário celebrado entre o Município de Campos dos Goytacazes e a última Ré, e, por arrastamento, os demais atos e normas acessórias e instrumentais;

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

b) mandar citar os Réus qualificados no *caput*, para, querendo e podendo, oferecerem defesa no prazo de 20 dias (inciso IV, parágrafo 2º do artigo 7º da lei 4.717/65) sob as penalidades previstas no Estatuto Processual;

c) proceder à intimação do digno representante do Ministério Público para a manifestação, nos termos e na forma da lei.

d) sejam os pedidos julgados **PROCEDENTES**, com a nulidade ou anulabilidade do ato impugnado, ou seja, **seu Sexto Termo Aditivo ao termo de rerratificação** do Contrato de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico de água e esgoto sanitário celebrado entre o Município de Campos dos Goytacazes e a última Ré, e, por arrastamento, os demais atos e normas acessórias e instrumentais, com a consequente condenação da última Ré a pagarem aos cofres públicos os prejuízos causados ao erário público municipal, prejuízo a ser aferido em liquidação de sentença, acrescidos de juros e correção monetária;

e) condenar as Rés ao pagamento de custas e honorários de sucumbência, que deverão incidir sobre o total do débito liquidado à época em percentual nunca inferior a 10%, considerando o proveito econômico do Município de Campos dos Goytacazes;

f) acolher o pedido de imediata assunção do Município de Campos dos Goytacazes ao serviço de água e esgoto, independente de indenização, bem como, na defesa,

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Salas 1201, 1206 e 1207 - Praça São Salvador, nº 21, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28.010-000.
Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

manifestar-se no sentido de se revoga ou defende o ato em razão de ter sido prolatado por outro gestor.

XI – DAS PROVAS

Protesta o Autor por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal dos Réus e seus representantes, perícia e a juntada de novos documentos, apesar dos já adunados serem mais que suficientes para demonstração da ilegalidade e lesividade ao erário público estadual.

XII-DAS REQUISIÇÕES

A teor do que prescreve a alínea "b", inciso I do artigo 7º da Lei 4.717/65, roga a autora pela requisição necessária e imprescindível ao esclarecimento dos fatos, a saber:

a) O Município de Campos, o inteiro teor de todos os contratos e convênios encetados entre o Município de Campos dos Goytacazes e a concessionária de água e esgoto Águas do Paraíba S/A desde 1996, bem como informar o valor atualizado da concessão.

XIII- DO VALOR DA CAUSA

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

D. R. e A esta e os inclusos documentos, dando-se a presente o valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) para efeitos processuais e isenta a autora de custas, ante a prescrição do inciso LXXIII do artigo 5º da Carta Magna.

Pede deferimento

Campos dos Goyatacazes/RJ, 21 de abril de 2023.

ANTONIO MAURÍCIO COSTA
ADVOGADO OAB/RJ 47.536

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590251600000052504328
Número do documento: 23042115590251600000052504328

Procuração da Autora Popular



Antonio Maurício Costa
ADVOGADO OAB/RJ 47.536

P R O C U R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento particular de mandato, **ESTHÉR CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA**, brasileira, solteira, universitária, RG nº 21.907.066-1, expedido pelo DETRAN/RJ, em 31/10/2007, CPF nº 057.141.297-17, título eleitoral nº 141031230396, 76ª Zona Eleitoral, Seção-RJ: 03, residente e domiciliada na Avenida Professora Carmem Carneiro, nº 1.072, Parque Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-425, e-mail: **antoniomauriciocosta5@gmail.com**, nomeia e constitui seu bastante procurador o Dr. **ANTONIO MAURÍCIO COSTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº. 47.536, com endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Praça São Salvador, nº 21/23, salas 1.201/1.206/1.207 –Centro – Campos dos Goytacazes/RJ - CEP:28.010-000, e-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com , com poderes gerais para o foro e especialmente para propor **AÇÃO POPULAR COM PEDIDO LIMINAR E TUTELA DE URGÊNCIA** em face do **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ** e **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A.**, podendo para tanto, transigir, desistir, acordar, discordar, enfim, praticar todos os atos que se faça necessário, representando a outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e ainda impetrar qualquer recurso decorrente da presente, bem como, substabelecer.

Campos, 14 de março de 2023.

Esthér Chaves Gesualdi Ferreira Neta

ESTHÉR CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA
Outorgante

Endereço profissional: Edifício Cidade de Campos - Praça São Salvador, nº 21/23, salas 1.201/1.206/1.207 -Centro - Campos dos Goytacazes/RJ - CEP:28.010-000 - Tel. e Fax (22) 2733-1682
E-mail: antoniomauriciocosta5@gmail.com

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:02
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590275300000052504346
Número do documento: 23042115590275300000052504346

Documentos pessoais da Autora Popular



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

Polegar Direito

0223

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 21.907.066-1

DATA DE EXPEDIÇAO 31/10/2007

NOME
ESTHÉR CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA

FILIAÇAO
ALBERTO GESUALDI FERREIRA

IVETE MIRANDA DOS SANTOS

NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO
08/01/1989

DOC. ORIGEM
C.NASC LIV A39/70 FLS 33 TERM 24855
CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ

CPF

003 2 Via

LUIS ANTONIO ABRANTES COELHO
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
MATR.: 24/006.301

0223

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA

Nº de Inscrição
057141297-17

Data do Nascimento
08/01/89

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **057.141.297-17**

Nome: **ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA**

Data de Nascimento: **08/01/1989**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **08/09/2000**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:22:39** do dia **17/12/2022** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **A1A3.377E.9B5D.2FF5**

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590290900000052504343
Número do documento: 23042115590290900000052504343

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Nº do CPF:	057.141.297-17
Nome da Pessoa Física:	ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA
Data de Nascimento:	08/01/1989
Situação Cadastral:	REGULAR
Data da Inscrição:	08/09/2000
Código de Controle:	A1A3.377E.9B5D.2FF5

A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirma a autenticidade do comprovante.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590290900000052504343
Número do documento: 23042115590290900000052504343



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA

DATA DE NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	D.V.	ZONA	SEÇÃO
08/01/1989	1410 3123 0396		076	0036

MUNICÍPIO / UF: CAMPOS/RJ

DATA DE EMISSÃO: 25/10/2007

JUIZ ELEITORAL

PRESIDENTE TRE-RJ

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'AGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'AGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA**

Inscrição: **1410 3123 0396** Zona: 076 Seção: 0036

Município: 58190 - CAMPOS DOS GOYTACAZES UF: RJ

Data de nascimento: 08/01/1989 Domicílio desde: 25/10/2007

Filiação: - IVETE MIRANDA DOS SANTOS
- ALBERTO GESUALDI FERREIRA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMELHADOS

Certidão emitida às 11:55 em 19/12/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

JBZG.ELYB.GMXA.HSHC

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral.

Texto do Documento:

Eleitor(a): ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA

Inscrição: 141031230396

Data de Nascimento: 08/01/1989

Zona: 076

Seção: 0036

Município: 58190 - CAMPOS DOS GOYTACAZES

UF: RJ

Domiciliado desde: 25/10/2007

Filiação: - IVETE MIRANDA DOS SANTOS
- ALBERTO GESUALDI FERREIRA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMELHADOS

Certidão emitida às: 11:55 em 19/12/2022

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590290900000052504343
Número do documento: 23042115590290900000052504343

Ato Impugnado

SEXTO TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Aos seis dias do mês de março do ano de 2020, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**, neste ato representado pela. Exmo. Prefeito Municipal, Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira, inscrito no CNPJ/MF nº 29.116.894/0001-61, e doravante denominado CONCEDENTE, e a concessionária de serviços públicos **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A**, CNPJ/MF sob o n° 01.280.003/0001-99, neste ato representado por seus Diretores, Marcio Salles Gomes, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 09422791-5 emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 023.948.017-19 e Juscélio Azevedo de Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 201182283-1 emitida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF sob o nº 290.267.506-25, conforme documentação comprobatória devidamente apresentada e anexada, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato originário da Concorrência Pública n°001/96, atinente à concessão pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, através do Processo Administrativo nº 2019.032.000319-0-PA, que reger-se-á pela legislação aplicável a espécie, em especial pelas Leis Federais 8.666/1993, 8.987/1995 e 11.445/2007, legislação e normas que são consideradas como complementares, bem como os considerandos que se seguem, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que o Município de Campos dos Goytacazes vem sofrendo com a acentuada queda na arrecadação municipal em função da redução dos royalties de petróleo nos últimos anos.

Considerando que o Município de Campos dos Goytacazes, em especial a população campista, vem sofrendo com a situação macroeconômica do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, impactando diretamente na sua condição econômica.

Considerando a necessidade de adequação do orçamento municipal à atual realidade

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590315200000052504342
Número do documento: 23042115590315200000052504342

econômico-financeira na qual o Município está incluído e prezando pelo equilíbrio das contas públicas.

Considerando a aplicação do desconto de 3,5% (três virgula cinco de por cento) sobre o valor da tarifa referencial de água (TRA), a ser aplicado em todas as classes de usuários.

Considerando que nas localidades inseridas nos distritos listados no Decreto Municipal 240/2016, até a referência agosto de 2021, passarão a ser faturadas de acordo com o volume mínimo para cada uma das economias cadastradas.

Considerando a substituição dos realinhamentos tarifários faltantes previstos no 3° Termo Aditivo, com consequente postergação e parcelamento dos novos realinhamentos a partir de 2021

Considerando o inequívoco impacto na equação econômico-financeira do contrato de concessão em razão das medidas adotadas pelo Município de Campos dos Goytacazes de acordo com os Estudos Técnicos apresentados por consultoria especializada.

Considerando que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é uma previsão da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos, devendo o Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma menos gravosa para os usuários, buscando preservar, o máximo possível, a modicidade tarifária;

Acordam as partes signatárias celebrar o presente Termo Aditivo, regido pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Em vista do quanto disposto nos considerados acima, este instrumento tem como objeto garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO face às mudanças introduzidas pelo Município de Campos dos Goytacazes no Contrato de Concessão, conforme estudo técnico apresentado pela contratada e ratificado por parecer técnico e econômico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana no Ofício nº 025/2020 - GAB e parecer jurídico da Douta Procuradoria Geral do Município de Campos dos Goytacazes sob nº 065/2020/PGM, com aprovação da minuta exarado no verso, que passam a fazer parte integrante e inseparável do presente **TERMO ADITIVO**, independentemente de transcrição.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590315200000052504342
Número do documento: 23042115590315200000052504342

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Os itens 1.3 e 1.4 da Cláusula Primeira do Quarto termo Aditivo ao termo de rerratificação do Contrato de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico de Água e Esgoto Sanitário nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes passarão a viger com as seguintes modificações:

> **"CLÁUSULA PRIMEIRA**
>
> **(...)**
>
> **1.3 A Concessionária, para as localidades inseridas nos Distritos Listados no Decreto Municipal 240/2016, até o mês de agosto de 2021 deverá observar o volume mínimo por economia, independentemente do volume efetivamente consumido, que será paga mensalmente pelo Município.**
>
> **1.4 A Fatura emitida mensalmente para o Município será o produto da Tarifa Básica vigente, multiplicada pelo volume mínimo de 10m³ (dez metros cúbicos) multiplicado pelo número de economias localizadas nos Distritos Listados no Decreto Municipal 240/2016.**
>
> **(...)"**

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 – Fica implantada a aplicação do desconto de 3,5% (três virgula cinco de por cento) sobre o valor da tarifa referencial de água (TRA), a ser aplicado em todas as classes de usuários a partir da referência março/2020, sem prejuízo da incidência do reajuste contratual anual, observada a data de sua periodicidade.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 – Os realinhamentos tarifários de 2,33% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) previstos na cláusula 2º do Terceiro Termo Aditivo, que seriam aplicados nas referências de janeiro de 2020 e janeiro de 2021 serão substituídos por aqueles previstos na Cláusula Quinta do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 – Para parcial compensação dos efeitos das perdas incorridas pelas alterações

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590315200000052504342
Número do documento: 23042115590315200000052504342

propostas no presente Termo Aditivo, conforme estudo econômico-financeiro elaborado por consultoria especializada constante do processo administrativo nº 2019.032.000319-0 – PA, os realinhamentos tarifários de 2,33% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) que seriam aplicados nos meses de janeiro de 2020 e janeiro de 2021, serão substituídos por 5 (cinco) realinhamentos tarifários de 1,946% (um inteiro e novecentos e quarenta e seis milésimos de por cento), que serão aplicados nas referências de janeiro dos anos de 2021 a 2025.

5.2 - Os realinhamentos referidos no caput desta cláusula serão aplicados cumulativamente com os reajustes anuais contratualmente previstos, que tem por objetivo repor a variação inflacionária dos custos dos insumos da Concessionária, definidos na metodologia contratual de reajuste prevista na Cláusula Quarta do Terceiro Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 - Como instrumento complementar indispensável à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estudo econômico-financeiro elaborado por consultoria especializada constante do processo administrativo nº 2019.032.000319-0 – PA, o prazo do Contrato de Concessão fica estendido por mais 180 (cento e oitenta) meses a contar do término do prazo da concessão, incluindo a previsão de ampliação de prazo previsto nos Segundo e Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato.

6.2 - A presente extensão, implementada exclusivamente para fins de privilegiar a modicidade tarifária, a capacidade de pagamento da população e dos próprios municipais no procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, mantem, por tal razão, o direito de aplicação futura, pelas Partes signatárias, da clausula contratual relativa a prorrogação do prazo, que permanece inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - Com a assinatura do presente Termo Aditivo, a Concessionária dá ao Município de Campos dos Goytacazes plena, rasa e completa quitação da dívida hoje existente relativa a débitos vencidos até o mês de dezembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 – O prazo para conclusão da execução das obras referentes à implantação do sistema de esgoto sanitário na grande Guarus na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, previsto na

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590315200000052504342
Número do documento: 23042115590315200000052504342

cláusula Segunda do item 2.2 do 4º Termo Aditivo, alterada pela Cláusula Primeira do Quinto Termo Aditivo, passa a ser até dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA

10.1 - O presente termo aditivo encontra amparo legal no Artigo 9º, § 3º e 4º da Lei Federal nº 8987/1995 e no consoante Parecer nº 065/2020– PGM da Procuradoria Geral do Município, que passa a fazer parte integrante e inseparável dos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA

9.1 - Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas cláusulas do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, celebram as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Campos dos Goytacazes, 06 de Março de 2020.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA
Marcio Salles Gomes **Juscélio Azevedo de Souza**

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590315200000052504342
Número do documento: 23042115590315200000052504342

Pedido de informações da Autora dirigido ao Município de Campos dos Goytacazes-RJ, até hoje não atendido.

PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO PROTOCOLO CEL: **98168-4036**

NOME: ESTHER CHAVES

DATA ENTRADA: 15 / 03 / 2023

PROTOCOLO: 2023.204.001490-4-OF

ASSUNTO: AÇÃO POPULAR

DATA	ANDAMENTO

ASSINATURA FUNCIONÁRIO:

Excelentíssimo Senhor Procurador Geral do Município de Campos dos Goytacazes-RJ

CÓPIA

ESTHÉR CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA, brasileira, universitária, do lar, RG nº 219070661, expedido pelo DETRAN/RJ, CPF nº 057.141.297-17, título eleitoral nº 141031230396, 76ª Zona Eleitoral, Seção-RJ: 03, residente e domiciliado na Avenida Professora Carmem Carneiro, nº 1.072, Parque Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-425, e-mail: **esthergesualdi@gmail.com**, com amparo no inciso XXXIII e na alínea "b" do inciso XXXIV, ambos do artigo 5º da Carta Magna, Lei 9.051/95 e parágrafo 4º e 5º do artigo 1º da lei nº 4.717/65, bem como prescreve a Lei 12.527/2011, no que couber, vem diante de Vossa Excelência requerer, por certidão, no prazo de 05 dias, cópias de inteiro teor do **processo administrativo nº 2019.032.000319-0-PA**, que originou o **Sexto Termo Aditivo** que tem como objeto **a aplicação de desconto tarifário de 3,5% (três vírgula por cento) do valor da tarifa referencial de água (TRA) a ser aplicado em todas as classes de usuários a partir de março de 2020, sem embargo do reajuste anual; aplicação do volume mínimo por economia nas faturas do Município, nas localidades dos Distritos listados no Decreto Municipal 240/2016; substituição dos realinhamentos de 2,33% que seriam aplicados em janeiro de 2020 e janeiro de 2021 pelos realinhamentos de 1,946% a serem aplicados em janeiro de 2021 a 2025; extensão de prazo em 180 meses para efeitos de reequilíbrio econômico financeiro do contrato, a contar do prazo final da concessão fixado no terceiro termo aditivo; quitação de dívida municipal entre o Município de Campos dos Goytacazes e a Concessionária de água e esgoto Águas do Paraíba S/A.**, ante a sua razão manifesta ilegalidade, em razão da violação ao artigo 175 da Carta Magna e demais dispositivos de regência.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590337900000052504345
Número do documento: 23042115590337900000052504345

É que segundo noticiário local, o Poder Legislativo de Campos, nos últimos meses, recomendou o fim da concessão entre o Município de Campos dos Goytacazes e a personalidade jurídica Águas do Paraíba, bem como a reprovação das contas da referida Concessionária, sendo certo que o ato administrativo trata de um parecer jurídico, que teria fundamentado o ato de prorrogação do contrato, sem a sua revelação.

O pedido tem lugar para a instrução de **AÇÃO POPULAR** visando nulidade do ato administrativo manifestamente ilegal e, por conseguinte lesivo a administração, além do fato de domínio público da Concessionária Águas do Paraíba adotar politicas tarifárias divorciada do Poder Executivo, com a invasão indevida do Poder Judiciário em várias oportunidades.

Cumpre, ainda, esclarecer que na eventualidade do não atendimento no prazo acima apontado, na hipótese de serem negados administrativamente, a Requerente irá propor **Ação Judicial** junto ao Poder Judiciário, com escopo de ter acesso às informações para o exercício pleno da cidadania, nos termos e na forma da lei.

Pede deferimento.

Campos dos Goytacazes-RJ, 14 de março de 2023

Esthér Chaves Gesualdi Ferreira Neta

ESTHER CHAVES GESUALDI FERREIRA NETA
Requerente

PROTOCOLO GERAL / SMARH
RECEBI
Em 15/03/2023

Documentos procedentes do Poder Legislativo local no exercício do poder de fiscalização dos serviços prestados pela concessionária Águas do Paraíba

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
170
Carimbado Eletronicamente

Ofício nº 2192/2022/SEC/GP-CMCG

Campos dos Goytacazes, 30 de novembro de 2022, 345º da Vila de São Salvador dos Campos, 187º da Cidade de Campos dos Goytacazes e 370º da criação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.

Ilmo. Sr.

ROBERTO LANDES DA SILVA JÚNIOR

MD. PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Em mão

Assunto: Remete cópia do Parecer do Relatório da Concessionária - Águas do Paraíba.

Senhor Procurador:

Encaminho à V. Sa., cópia do Parecer do Relatório da Concessionária Águas do Paraíba dos anos de 2017, 2018 e 2019, de autoria da Comissão dos Serviços Concedidos, composta pelos **VEREADORES SILVIO ROBERTO DE OLIVEIRA MARTINS, ÁLVARO HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA e ALONSIMAR DE OLIVEIRA PESSANHA, que em Sessão Plenária do dia 22/11/2022, REPROVOU, POR UNANIMIDADE, O RELATÓRIO apresentado pela Concessionária Águas do Paraíba, em Audiência Pública nesta Casa de Leis.**

A Comissão dos Serviços Concedidos recomenda que o Poder Executivo, dentro de suas prerrogativas, possa adotar as seguintes providências constantes no referido Relatório:

a) Que a concessionária seja compelida a cumprir com todas as obrigações contratuais já elencadas no bojo do presente relatório e;

b) Não seja concedido o reajuste das Tarifas de Água e Esgoto no ano de 2022, para o próximo exercício, haja vista a ausência de comprovação da necessidade de reequilíbrio econômico e financeiro do contrato, ou seja, carência de constatação das receitas efetivamente arrecadadas pela empresa e os seus custos gerenciáveis, bem como a deficiência na demonstração dos investimentos pré-estabelecidos nos últimos termos aditivos;

PROTOCOLO GERAL / SMARH
RECEBI
Em 06/12/22
08:58h

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
171
Carimbado Eletronicamente

c) Determinação a empresa Águas do Paraíba para providenciar a revisão das cobranças realizadas referentes ao tratamento de esgoto, uma vez que a quantidade de metros cúbicos tratados não correspondem a 100% (cem por cento) da água fornecida;

d) Que para garantir a modicidade tarifária, sejam utilizados outros procedimentos regulatórios, além da forma paramétrica atualmente empregada, que também carece de revisão.

Valho-me da oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de estima e consideração.

FABIO AUGUSTO VIANA RIBEIRO
- Presidente -

RP.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
172
Carimbado Eletronicamente

Audiência Pública: 25 de agosto de 2022

Assunto: Concessionária de Serviço Público – Águas do Paraíba (Relatório que evidencie a eficiência e a qualidade dos serviços prestados nos anos de 2017, 2018 e 2019).

Modalidade: Audiência Pública Anual

22 11 22

PARECER TÉCNICO

EMENTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO QUE EVIDENCIE A EFICIÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ÁGUAS DO PARAÍBA. AUSÊNCIA DE RELATÓRIO ESCRITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO CONTRATUAL. INFRINGÊNCIA NOS DITAMES ESTABELECIDOS NO CONTRATO DE CONCESSÃO. REPROVAÇÃO DO RELATÓRIO É O QUE SE SUGERE. NECESSIDADE DE RECOMENDAÇÃO AO PODER EXECUTIVO PARA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS.

1. DO RELATÓRIO.

Cuida-se de relatório de prestação de contas da Concessionária de Serviço Público – Águas do Paraíba referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, no escopo de evidenciar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.

A audiência pública com a apresentação do referido relatório foi realizada no dia 25/09/2022 e contou com a participação efetiva de usuários de diversas localidades e seguimentos, bem como com a participação de Vereadores desta Casa de Leis.

Em que pese à apresentação da Concessionária de Serviço Público – Águas do Paraíba ter sido efetivada no dia 25/09/2022, através de audiência pública, a referida empresa não apresentou relatório escrito contendo as informações necessárias para a avaliação do cumprimento contratual e demais aspectos pertinentes à espécie.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
173
Carimbado Eletronicamente

Todavia, considerando a obrigatoriedade da expedição do presente parecer através da Comissão dos Serviços Concedidos desta Casa de Leis, o Presidente da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, Vereador Fábio Augusto Viana Ribeiro, remeteu a esta Comissão dos Serviços Concedidos para parecer e encaminhamento.

É o relatório essencial.

2. DA ANÁLISE DO PROCEDIMENTO.

Inicialmente, cabe enfatizar que a presente análise se restringe à questão técnica e politica-administrativa, tendo em vista a participação popular e desta comissão em todo processo, de modo que não serão considerados aspectos de conveniência e oportunidade.

2.1. DA EXIGÊNCIA ESTABELECIDA PELO §3º, DO ART. 102 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

As concessionárias de serviços públicos do Município de Campos dos Goytacazes são obrigadas a apresentar ao Poder Legislativo, anualmente, relatório que evidencie a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população, como determina o §3º, do art. 102, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, *in verbis*:

> Art. 102 - Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a Administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente ao interesse público, à execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, desde que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desempenho.
> (...)
> § 3º - Anualmente, as concessionárias de serviços públicos deverão apresentar ao Legislativo, em audiência pública, com a participação dos usuários, relatório que evidencie a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população, sendo o mesmo votado pelos vereadores, que, em caso de reprovação, recomendarão ao Executivo a adoção de providências.

Como já mencionado alhures, a referida concessionária não apresentou relatório escrito contendo as informações necessárias para a avaliação do cumprimento contratual, limitando-se, apenas, em realizar a sua apresentação no dia 25/09/2022, em audiência pública, que teve a participação efetiva dos usuários dos serviços e, como será demonstrado, não logrou êxito em evidenciar a qualidade dos serviços prestados.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
174
Carimbado Eletronicamente

- Que a empresa Águas do Paraíba, até a presente data, **NÃO COMPLETOU** o Plano de Saneamento do Município de Campos dos Goytacazes;

- Que muitos bairros ainda **PERMANECEM** completamente desassistidos de tratamento de esgoto e vivem em situações degradantes, sendo esse serviço de total responsabilidade da empresa concessionária;

3. CONCLUSÃO.

Deste modo, diante das considerações acima delineadas, esta Comissão dos Serviços Concedidos ***RECOMENDA,*** a reprovação do relatório dos exercícios de 2017, 2018 e 2019, apresentados pela concessionária de serviço público Águas do Paraíba, tendo em vista o flagrante descumprimento contratual e total insatisfação da população com os serviços prestados.

Por fim, **RECOMENDA**, ainda, que o presente relatório seja remetido ao Poder Executivo para que sejam adotadas as seguintes providências:

a) Que a concessionária seja compelida a cumprir com todas as obrigações contratuais já elencadas no bojo do presente relatório e;

b) Não seja concedido o reajuste das Tarifas de Água e Esgoto no ano de 2022, para o próximo exercício, haja vista a ausência de comprovação da necessidade de reequilíbrio econômico e financeiro do contrato, ou seja, carência de constatação das receitas efetivamente arrecadadas pela empresa e os seus custos gerenciáveis, bem como a deficiência na demonstração dos investimentos pré-estabelecidos nos últimos termos aditivos;

c) Determinação à empresa Águas do Paraíba para providenciar a revisão das cobranças realizadas referentes ao tratamento de esgoto, uma vez que a quantidade de metros cúbicos tratados não correspondem a 100% (cem por cento) da água fornecida;

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
175
Carimbado Eletronicamente

d) Que para garantir a modicidade tarifária sejam utilizados outros procedimentos regulatórios, além da forma paramétrica atualmente empregada, que também carece de revisão.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Campos dos Goytacazes/RJ, 21 de novembro de 2022.

SILVIO ROBERTO DE OLIVEIRA MARTINS
Presidente

ÁLVARO HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA
Vice-Presidente

CABO ALONSIMAR
Membro

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
176
Carimbado Eletronicamente

SCANEADOS: Ofícios nºs 2191/2022/SEC/GP-CMCG e 2192/2022/SEC/GP-CMCG com cópia do Parecer do Relatório Águas do Paraíba)

Rose Paes <diretoriadeplenario@camaracampos.rj.gov.br> 1 de dezembro de 2022 11:28
Para: Diario Oficial <diariooficialcamposrj@outlook.com>, egcordeiro <egcordeiro@hotmail.com>, Mayra Freire Amaral <mayra.freire@yahoo.com.br>, Roberto Landes <robertolandes@yahoo.com.br>, leonamrodrigues2@hotmail.com, bruno.agomes@hotmail.com

Bom dia, encaminho os Ofícios nºs 2191/2022/SEC/GP-CMCG e 2192/2022/SEC/GP-CMCG com Cópia do Parecer do Relatório Águas do Paraíba(Comissão dos Serviços Concedidos).

RosePaes

---

2 anexos

Ofício nº 2192-2022 - Procurador + Parecer do Relatório Águas do Paraíba.pdf
8498K

Ofício nº 2191-2022 - Prefeito + Parecer do Relatório Águas do Paraíba.pdf
8514K

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
177
Carimbado Eletronicamente

Nessa toada, levando em consideração as respostas e explicações da empresa concessionária na audiência pública realizada em 25/09/2022 e a ausência de relatório escrito minucioso, esta comissão pode extrair, NOVAMENTE E DA MESMA FORMA COMO FOI DELIBERADO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANTERIOR, as seguintes conclusões:

- Que a formula paramétrica utilizada para o reajuste tarifário, **PERMANECE** levando em consideração para o cálculo tão somente fatores que aumentam o custo da produção, quando deveria também considerar fatores de produtividade (fato corroborado pelo parecer do Ministério Público nos autos da Ação Popular nº 0001430-76.2019.8.19.0014);

- Que em determinadas situações as Tarifas de Água e Esgoto **CONTINUAM** sendo cobradas conjuntamente, mesmo em residências onde o tratamento de esgoto é inexiste ou ineficaz;

- Que a concessionária não trata 100% (cem por cento) da quantidade de metros cúbicos que recebe de esgoto, mas **CONTINUA** cobrando a sua integralidade, tornando a cobrança indevida e arbitrária;

- Que os investimentos não foram concretizados na forma pactuada e, muito provavelmente, os lucros da concessionária **PERMANECEM** crescendo em virtude do não repasse da outorga ao Município, não se justificando qualquer aumento sob o pretexto de se preservar o equilíbrio Econômico-Financeiro;

- Que as reclamações dos usuários **AUMENTAM** a cada dia e transcorrem de cobranças indevidas decorrentes de falhas na prestação dos serviços da concessionária;

- Que a concessionária **PERMANECE** não realizando de forma satisfatória a recomposição de pavimento após a realização das intervenções, trazendo com isso graves problemas a população;

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
178
Carimbado Eletronicamente

2.2. DA AUSÊNCIA DE RELATÓRIO PORMENORIZADO EVIDENCIANDO A EFICIÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Inicialmente, importante destacar que a Concessionária de Serviço Público – Águas do Paraíba não apresentou relatório escrito com as informações detalhadas relacionadas ao cumprimento contratual.

Não é infrutífero lembrar, que o §3º, do art. 102, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes estabelece a obrigatoriedade da apresentação, por parte da Concessionária de Serviço Público, de relatório que evidencie a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população, o que de fato não ocorreu.

Desta feita, não obstante a empresa concessionária ter realizado apresentação em audiência pública no dia 25/09/2022, **não houve cumprimento total da obrigação estabelecida no §3º, do art. 102, da Lei Orgânica do Município, ante a ausência do acenado relatório**.

2.3. DAS EXPLANAÇÕES EM SEDE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Os slides apresentados pela concessionária Águas do Paraíba, em sede de audiência pública, carecem de elementos capazes de elucidar o cumprimento básico contratual, trazendo a baila, na prática, as mesmas fotos e dados apresentados na audiência pública anterior, realizada em 31/03/2022.

A ausência de conteúdo programático com as metas e obrigações relacionadas aos serviços de saneamento no Município de Campos dos Goytacazes permanece, impossibilitando com isso que seja procedida uma avaliação particularizada sobre o cumprimento contratual.

Lamentavelmente, as demandas apresentadas pela população a esta Casa de leis não são harmônicas com as explanações oferecidas em sede de audiência pública por parte do Diretor da Concessionária - Águas do Paraíba, Sr. Juscélio Azevedo de Souza.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:03
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590359500000052504344
Número do documento: 23042115590359500000052504344

CONTRATO DE CONCESSÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

De um lado, o Município de Campos dos Goytacazes, neste ato representado pelo Prefeito, Sérgio Mendes Cordeiro, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro lado, Águas do Paraíba S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 134/18º andar - parte, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, têm entre si justo e acordado o presente instrumento, que se regerá pelos seguintes termos e condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos - RJ, aí incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão.

Parágrafo Primeiro

Os serviços ora concedidos, bem como as obras necessárias a sua consecução deverão ser prestados de modo a atender às necessidades do interesse público, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade e segurança, conforme o previsto no Edital.

Parágrafo Segundo

Na execução do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá empregar pessoal habilitado e idôneo, nos limites das necessidades exigidas para tanto.

Parágrafo Terceiro

Fica estabelecido que a CONCESSIONÁRIA terá exclusividade na execução dos serviços, objeto do presente instrumento, não podendo a CONCEDENTE contratar outra empresa para a prestação de quaisquer serviços que estejam previstos no escopo da presente Concessão durante a sua vigência.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

O prazo da Concessão é de 30 (trinta) anos, observadas as disposições do Edital.

Parágrafo Único

A emissão da Ordem de Serviço inicial do Contrato obedecerá o disposto ao item 18.10 do Edital.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO

A remuneração da CONCESSIONÁRIA será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de águas e esgotos faturáveis e aos demais serviços conforme Tabelas de Prestação de Serviços do Edital, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela CONCESSIONÁRIA, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

Parágrafo Primeiro

O cálculo do valor da tarifa será efetuado com base nas disposições do Edital de Licitação, e os preços dos demais serviços, de acordo com a "Tabela de Prestação de Serviços" do Edital.

Parágrafo Segundo

Para a arrecadação das tarifas e dos demais serviços prestados junto aos usuários, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar um sistema de cobrança de tarifas, em conformidade com o Edital.

Parágrafo Terceiro

Caso a CONCEDENTE, por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, decida não autorizar o reajuste e/ou a revisão das tarifas e da tabela de prestação de serviços, quando estes se fizerem necessários, em decorrência de quaisquer motivos causadores de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato, a própria CONCEDENTE será responsável pelo reembolso, mensal, à CONCESSIONÁRIA dos valores necessários à retomada do referido equilíbrio no Contrato, devendo em tal caso oferecer garantias reais prévias à CONCESSIONÁRIA quanto à disponibilidade própria de tais recursos.

Parágrafo Quarto

O processo de revisão das tarifas e da tabela de prestação de serviços será diretamente realizado pela CONCEDENTE, com a participação do representante da CONCESSIONÁRIA, nos termos do Edital.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

Parágrafo Quinto

A CONCESSIONÁRIA deverá promover a cobrança, por via judicial ou extrajudicial, de valores objeto de inadimplemento por parte de usuários, inclusive com o acréscimo de multa e reajuste cabíveis nos termos da legislação federal então vigente.

Parágrafo Sexto

São as seguintes a estrutura tarifária e a tabela de taxa de serviços vigentes:

Estrutura Tarifária Pré-estabelecida de Serviço Medido

CATEGORIAS DE USO	CLASSES DE CONSUMO CÓDIGO FAIXA (M^3/MES.ECON.)		TARIFAS	
			ÁGUA (R/M^3$)	ESGOTOS (R/M^3$)
Residencial	R.1	0 a 10	1,0 x TRA	1,0 x TRE
	R.2	11 a 30	2,5 x TRA	2,5 x TRE
	R.3	31 a 60	3,8 x TRA	3,8 x TRE
	R.4	61 a 100	5,0 x TRA	5,0 x TRE
	R.5	acima de 101	7,5 x TRA	7,5 x TRE
Comercial	C.1	0 a 10	3,0 x TRA	3,0 x TRE
	C.2	11 a 30	5,0 x TRA	5,0 x TRE
	C.3	31 a 60	5,5 x TRA	5,5 x TRE
	C.4	61 a 100	6,0 x TRA	6,0 x TRE
	C.5	acima de 101	6,5 x TRA	6,5 x TRE
Pública	P.1	0 a 10	1,5 x TRA	1,5 x TRE
	P.2	11 a 30	2,0 x TRA	2,0 x TRE
	P.3	31 a 60	2,5 x TRA	2,5 x TRE
	P.4	61 a 100	3,0 x TRA	3,0 x TRE
	P.5	acima de 101	3,5 x TRA	3,5 x TRE
Industrial	I.1	0 a 10	6,0 x TRA	6,0 x TRE
	I.2	11 a 30	8,0 x TRA	8,0 x TRE
	I.3	acima de 31	9,0 x TRA	9,0 x TRE

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

Tabela de Taxas de Serviços (O valor da Taxa de Serviços corresponde à multiplicação do coeficiente indicado na Tabela a seguir pelo valor vigente da TRA).

ÁGUA		
1	Conserto no Cavalete	40
2	Substituição de cavalete (e ramal)	40
3	Substituição de registros no cavalete	-
	3.1 Diâmetro 3/4"	40
	3.2 Diâmetro 1"	40
	3.3 Diâmetro 1 1/2"	40
	3.4 Diâmetro 2"	40
4	Corte de ramal (a pedidos) s/ reposição pvto. (à vista)	120
5	Aferição de hidrômetro	-
	5.1 No local	70
	5.2 Com remessa ao fabricante	100
6	Colocação e substituição de hidrômetro	-
	6.1 Colocação diâmetro 3/4"	50
	6.2 Colocação diâmetro 1"	90
	6.3 Colocação diâmetro 1 1/2"	200
	6.4 Colocação diâmetro 2"	360
	6.5 Substituição diâmetro 3/4"	30
	6.6 Substituição diâmetro 1"	50
	6.7 Substituição diâmetro 1 1/2"	110
	6.8 Substituição diâmetro 2"	200
7	Ligação de águas s/fornecimento de hidrômetro	-
	7.1 Diâmetro 3/4"- residencial	300
	7.2 Diâmetro 3/4"- comercial e industrial (à vista)	360
	7.3 Diâmetro 1"- qualquer categoria	360
	7.4 Diâmetro 1 1/2" - qualquer categoria	560
	7.5 Diâmetro 2" - qualquer categoria	560
8	Dimensionamento ramal de entr. (até 10,0 m)	-
	8.1 Diâmetro 1/2"para 3/4"	300
	8.2 Diâmetro 3/4"para 1"	360
	8.3 Diâmetro 3/4"para 1 1/2"	360
	8.4 Diâmetro 3/4"para 2"	560
9	Ligação a título precário (construção)	-
	Custo fixo para diâmetro 3/4"(30 dias)	450
10	Conserto no ramal	100
11	Deslocamento de ramal	100
12	Religação no cavalete por falta de pagamento	60
13	Religação no ramal com retirada por falta de pagto.	60
14	Venda em caminhão-pipa / usuários (m3)	15
15	Venda em caminhão-pipa / terceiros (m3)	20
16	Recomposição de pavimento (m2)	40

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

	ESGOTO	
17	Desobstrução de ramal	70
18	Deslocamento de ramal	380
19	Substituição de ramal	380
20	Redimensionamento do ramal (até 10,0 m)	490
21	Ligação de esgoto (até 10,0 m)	-
	20.1 Diâmetro 4"- Residencial	380
	20.2 Diâmetro 4"- Comercial	690
	20.3 Diâmetro 4" - Industrial	1.030
	20.4 Diâmetro 6"- Residencial	550
	20.5 Diâmetro 6"- Comercial	760
	20.6 Diâmetro 6" - Industrial	1.520
22	Recomposição de pavimento (m2)	40

	SERVIÇOS	
23	Verificação de consumo	40
24	Segunda via de contas	5
25	Segunda via de débitos	5
26	Certidão negativa	15
27	Cancelamento de débito em conta-corrente	5
28	Aprovação de projetos	300
29	Transferência	40

Parágrafo Sétimo

Os valores da TRA e TRE, referentes à proposta apresentada em maio de 1996, são iguais a R$ 0,37/m^3 (trinta e sete centavos de real por metro cúbico).

Parágrafo Oitavo

O valor estimativo do Contrato de Concessão, conforme Anexo VI do Edital é de R$ 696.566.910,00 (seiscentos e noventa e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e dez reais).

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

1.º OFÍCIO

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem obrigações da CONCESSIONÁRIA:

1. planejamento, implantação, ampliação, operação, manutenção, administração e exploração dos serviços objeto do presente instrumento, de forma a cumprir todos os compromissos assumidos perante a CONCEDENTE, nos termos do Edital e do presente Contrato;

2. realizar os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços, objeto da presente contratação, nos termos da Proposta por ela ofertada na licitação que antecedeu o presente Contrato;

3. efetuar, durante o prazo de Concessão, todas as obras necessárias ao cumprimento integral das obrigações por ela assumidas, de forma a executar plena e satisfatoriamente, os serviços ora concedidos;

4. elaborar e implementar esquemas de atendimento a situações de emergência e, para tanto, manter disponível recursos materiais e humanos;

5. zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas de qualquer forma envolvidos nos serviços concedidos, respondendo pelo assessoramento à coletividade na preparação dos dossiês exigidos pelos agentes de proteção do meio-ambiente;

6. cumprir as determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

7. conduzir suas atividades com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento;

8. responder pelo integral cumprimento das regulamentações vigentes no País, em especial quanto às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, securitárias, fiscais, comerciais, civis e criminais, relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços ora concedidos;

9. responsabilizar-se por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados à CONCEDENTE, e/ou a terceiros, face à sua ação ou omissão, ou de seus empregados, subcontratados e prepostos, decorrentes dos serviços ora concedidos;

10. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que antecederam o presente contrato;

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
CONSUELO ARANTES
Autenticado

11. fornecer à CONCEDENTE todas as informações que forem necessárias ao acompanhamento e à fiscalização dos serviços objeto da presente contratação, bem como, atender às suas solicitações;

12. sustar a prestação dos serviços ora concedidos aos usuários inadimplentes quanto ao pagamento da conta tarifária, no prazo de 30 (trinta dias), contados a partir da data do vencimento da aludida conta;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Constituem obrigações da CONCEDENTE:

1. obter as concessões de direito de uso do manancial de água bruta, que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto deste contrato, durante o prazo de vigência deste instrumento;

2. fiscalizar os serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, zelando pela boa qualidade dos mesmos, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários;

3. realizar, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, uma avaliação dos bens públicos a serem utilizados por esta na prestação dos serviços concedidos, com o intuito de determinar o estado de conservação dos mesmos, bem como as condições de sua manutenção, de modo que a CONCESSIONÁRIA possa, ressalvado o desgaste por uso normal, devolvê-los, ao término do prazo de Concessão, em condições adequadas de funcionamento.

3.1. para os fins do disposto no item 3 acima, serão lavrados os Termos de Entrega e Recebimento dos bens supra mencionados, quando da assinatura da Ordem de Serviço Inicial e do término do presente instrumento, sendo que o Termo de Entrega passará a ser parte integrante deste Contrato;

4. responsabilizar-se pela rescisão de todos os contratos por ela firmados anteriormente à assinatura do presente instrumento, referentes aos serviços ora concedidos, arcando com todas as obrigações e responsabilidades decorrentes dos referidos instrumentos e de suas respectivas rescisões, mantendo a CONCESSIONÁRIA atualizada quanto às mesmas;

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

5. declarar de utilidade pública os bens e as áreas necessários à prestação dos serviços ora concedidos, promovendo as desapropriações, cabendo à CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se pelo pagamento das respectivas indenizações, no caso de terrenos privados;

6. aprovar e homologar o reajuste e a revisão do valor das tarifas e da tabela de prestação de serviços, conforme o previsto no presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES DE METAS

A CONCEDENTE pode solicitar à CONCESSIONÁRIA, e esta deverá atender, alterações no planejamento das metas, objeto desta contratação, assegurada a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira advinda do Planejamento Econômico-Financeiro da Concessão, constante da PROPOSTA COMERCIAL ofertada pela CONCESSIONÁRIA na Licitação que antecedeu o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

8.1 - Constituem direitos do usuário:

8.1.1. exigir a prestação de um serviço em nível adequado pela CONCESSIONÁRIA, de forma a ver atendidas as suas necessidades de saúde e higiene,

8.1.2. receber as informações necessárias quanto aos serviços concedidos, bem como quanto à qualidade dos mesmos.

8.2 - O usuário tem a obrigação de pagar em dia as contas relativas às tarifas e à prestação dos demais serviços ora concedidos, sob pena de ter os serviços suspensos, conforme o previsto neste instrumento.

8.3 - Os direitos e obrigações do usuário encontram-se definidos conforme disposto no Edital.

CLÁUSULA NONA - UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

No exercício de suas atividades, poderá a CONCESSIONÁRIA utilizar os bens públicos municipais, estabelecer servidões nas estradas, caminhos e logradouros públicos, para a realização de obras e instalações.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
CAMPOS DOS GOYTACAZES

Parágrafo Único

Findo o prazo da presente Concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados pela CONCESSIONÁRIA reverterão automaticamente ao Município de Campos, RJ, bem como os bens e instalações acrescidos aos mesmos durante a vigência deste instrumento, em perfeitas condições de uso, conforme as diretrizes previstas neste instrumento, ressalvado o desgaste por uso normal.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONCEDENTE deverá fiscalizar e assegurar, através do disposto em lei, o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato.

Parágrafo Primeiro

Para que a CONCEDENTE possa exercer devidamente sua fiscalização, a CONCESSIONÁRIA deverá manter em seu escritório de administração todos os elementos necessários à prestação das informações e dos esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Parágrafo Segundo

A CONCESSIONÁRIA deverá preparar e apresentar, semestralmente, à CONCEDENTE um relatório dos serviços ora concedidos, bem como dos investimentos realizados, devendo constar no aludido relatório todas as atividades ocorridas no período, de modo a existir um perfeito controle quanto à prestação dos serviços concedidos, bem como quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Parágrafo Terceiro

A CONCESSIONÁRIA deverá publicar anualmente, no Diário Oficial do Município e em dois jornais de ampla circulação local, as demonstrações financeiras referentes a cada exercício fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente Concessão poderá ser extinta nos termos da Lei 8987, de 13/2/95, conforme Capítulo IX do Anexo I do Edital, garantidos os direitos da Administração estipulados no aludido diploma.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
CARDEIRO ARANTES

Parágrafo Primeiro

Extinta a Concessão, em qualquer das hipóteses legais, as PARTES, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da assunção do serviço pela CONCEDENTE concluirão todos os levantamentos, avaliações e liquidações necessários, sendo que a reversão dos bens, direitos e privilégios vinculados à Concessão somente será efetuada quando do efetivo pagamento da indenização devida.

Parágrafo Segundo

O presente Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, somente nos termos do artigo 39 da Lei 8987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - GARANTIAS

A CONCESSIONÁRIA apresenta neste ato a garantia no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato na modalidade seguro garantia do valor igual a R$ 13.931.338,20 (treze milhões, novecentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PENALIDADES

O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estipuladas neste Contrato acarretará a aplicação do disposto ao artigo 39 do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - INDENIZAÇÕES

A CONCEDENTE se obriga a indenizar a CONCESSIONÁRIA, nos termos do artigo 35 do Anexo I ao Edital, pelos investimentos realizados ao longo do período de Concessão, e não amortizados até a extinção do presente Contrato, sendo que a indenização de que cuida esta Cláusula será calculada com base no valor atualizado dos investimentos, deduzidas as amortizações praticadas durante o período de vigência da concessão, além de outras eventuais indenizações cabíveis nos termos do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei 8666/93. O pagamento de tal indenização se fará, observada uma carência inicial de seis meses, em 60 (sessenta) parcelas mensais cujos valores deverão, obrigatoriamente, obedecer às disponibilidades orçamentárias do Município.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
ANTONIO MAURICIO CARDOSO ARANTES
- Autenticação -

11

Parágrafo Único

No caso de encampação ou resgate, o pagamento da indenização devida à CONCESSIONÁRIA deverá ser feito antecipadamente pela CONCEDENTE, sob a forma prevista na Cláusula Décima-quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - TRIBUTOS

A CONCESSIONÁRIA será responsável por todos os tributos incidentes sobre os serviços ora concedidos, não cabendo à CONCEDENTE qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

Parágrafo Único

Caso venham a ser criados novos tributos ao longo do prazo de vigência do presente Contrato, ou que sejam alterados os tributos existentes, de modo a afetar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do mesmo, as tarifas deverão ser imediatamente revisadas, conforme edital, a fim de manter a estrutura inicial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Campos, RJ, para a solução de qualquer pendência originada no presente contrato, renunciando as Partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - LEGISLAÇÃO

O presente contrato será regido em suas omissões e na interpretação de suas condições pelo disposto na Lei Federal 8.666/93 e Lei 8.883/94, Lei Federal 8.987/95 de 13/02/95 e demais legislações aplicáveis, bem como pelo constante no Edital de Licitação que o antecedeu.

Parágrafo Único

São partes integrantes do Contrato, o Edital e seus anexos, bem como a proposta do Licitante, nos termos do inciso XI do artigo 55 da Lei 8666/93.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual valor e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Campos dos Goytacazes, 16 de setembro de 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Sérgio Mendes Cordeiro
Prefeito

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

Carlos Henrique da Cruz Lima
Diretor

Mardonildo Oliveira Olimpio
Diretor

1º OFÍCIO
Registro de Títulos e Documentos, Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Alienação Fiduciária CAMPOS - EST. DO RIO
MANOEL S. S. DE CASTRO TEL. 722-2179/722-2333
APRESENTADO hoje para registro e apontado sob o nº de ordem 2913 de PROTOCOLO do livro 176 fls. 144
sob o nº de ordem 2718 do livro 065 fls. 187
Campos 3 de março de 2000
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
LENIRA CORDEIRO ARANTES
CPF 104.425.027-53 - Autorizado
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº BGO 60115
ATO

TESTEMUNHAS

1. Marivalda Benjamin Dias - Rg

2.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590401900000052504333
Número do documento: 23042115590401900000052504333

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DE PREFEITO

TERMO DE RERATIFICAÇÃO 08/01/04

TERMO DE RERATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Aos 22 dias do mês de dezembro do ano 2003, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, neste ato representada por seu Prefeito e doravante denominada CONCEDENTE, e Águas do Paraíba S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, neste ato representada por seus Diretores Estatutários, conforme documentação comprobatória em anexo, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Termo de Reratificação do Contrato originário da Concorrência Pública nº 001/96, atinente à CONCESSÃO pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, regido pelas cláusulas a seguir:

CONTRATO DE CONCESSÃO
Termo de Reratificação

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

De um lado, o Município de Campos dos Goytacazes, neste ato representado pelo Prefeito, Arnaldo França Vianna, casado, médico, residente e domiciliado, nesta cidade, carteira de identidade nº 12.482.926-8 IFP e CPF nº 268.776-197-49, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro lado, Águas do Paraíba S.A., com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, na Av. José Alves de Azevedo, 233 - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, têm entre si justo e acordado o presente instrumento, cuja lavratura foi devidamente autorizada pela Lei nº 6074/95 e pelo Decreto nº 55/96, e instruído pelo processo de licitação nº 01/96, estando este contrato sujeito às normas das Leis Federais nº 8666/93 e 8987/95 e nos seguintes termos e condições contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes - RJ, aí incluídas

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão.

Parágrafo Primeiro

Os serviços ora concedidos, bem como as obras necessárias a sua consecução deverão ser prestados de modo a atender às necessidades do interesse público, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade e segurança, conforme o previsto no Edital.

Parágrafo Segundo

Na execução do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá empregar pessoal habilitado e idôneo, nos limites das necessidades exigidas para tanto.

Parágrafo Terceiro

Fica estabelecido que a CONCESSIONÁRIA terá exclusividade na execução dos serviços, objeto do presente instrumento, não podendo a CONCEDENTE contratar outra empresa para a prestação de quaisquer serviços que estejam previstos no escopo da presente Concessão durante a sua vigência, sendo certo que tal exclusividade fica condicionada ao satisfatório atendimento, por parte da CONCESSIONÁRIA das exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade e segurança previstas no parágrafo primeiro desta cláusula, segundo avaliação da CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

O prazo da Concessão é de 30 (trinta) anos, observadas as disposições do Edital.

Parágrafo Primeiro

A emissão da Ordem de Serviço inicial do Contrato obedecerá ao disposto no item 18.10 do edital. Os serviços objeto do presente contrato tiveram início efetivo em 14 de setembro de 1999, nos termos da correspondente determinação judicial.

Parágrafo Segundo

Em havendo interesse manifesto de ambas as partes, o presente contrato poderá ser prorrogado até o limite máximo total suplementar de 15 (quinze) anos, a exclusivo critério e conveniência da CONCEDENTE.

Parágrafo Terceiro

Até 60 (sessenta) meses antes do termo final do prazo contratual, deverá a CONCESSIONÁRIA manifestar seu interesse na prorrogação contratual,

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

encaminhando pedido à CONCEDENTE que decidirá, impreterivelmente, sobre o mesmo até 36 (trinta e seis) meses antes do término deste contrato.

Parágrafo Quarto

A CONCESSIONÁRIA somente poderá pleitear a prorrogação da Concessão se não houver sido reincidente em condenação administrativa ou judicial por abuso de poder econômico e se houver atingido e mantido a prestação de serviços adequada, compatível com a demanda e com as disposições da Lei Federal nº 8987/95.

Parágrafo Quinto

Não sendo prorrogado o contrato por decisão do Poder CONCEDENTE, extinguir-se-á a Concessão no prazo estipulado, pelo advento do termo contratual, consoante artigo 35, inciso I da Lei Federal nº 8987/95.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO

A remuneração da CONCESSIONÁRIA será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de águas e esgotos faturáveis e aos demais serviços conforme Tabelas de Prestação de Serviços do Parágrafo Sexto desta Cláusula Quarta, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela CONCESSIONÁRIA, o melhoramento da qualidade do serviço prestado e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

Parágrafo Primeiro

O cálculo do valor da tarifa será efetuado com base nas disposições do Edital de Licitação, e os preços dos demais serviços, de acordo com a "Tabela de Prestação de Serviços" do Parágrafo Sexto desta Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo

Para a arrecadação das tarifas e dos demais serviços prestados junto aos usuários, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar um sistema de cobrança de tarifas, em conformidade com o Edital.

Parágrafo Terceiro

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrado será mantido e preservado ao longo de todo o período concedido a partir da revisão da tarifa, devendo ser a mesma alterada, para mais ou para menos, sempre que ocorram aumentos ou reduções que causem impacto em uma das parcelas que lhe deram origem, ou haja a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, exceto os impostos sobre a renda.

Parágrafo Quarto

O processo de revisão das tarifas e da tabela de prestação de serviços

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

será diretamente realizado pela CONCEDENTE, com a participação do representante da CONCESSIONÁRIA, nos termos do Edital.

Parágrafo Quinto

A CONCESSIONÁRIA deverá promover a cobrança, por via judicial ou extrajudicial, de valores objeto de inadimplemento por parte de usuários, inclusive com o acréscimo de multa e reajuste cabíveis nos termos da legislação federal então vigente.

Parágrafo Sexto

São as seguintes a estrutura tarifária e a tabela de taxa de serviços vigentes:

Estrutura Tarifária Pré-estabelecida de Serviço Medido (Água e Esgoto)

CATEGORIAS DE USO	CLASSES DE CONSUMO CÓDIGO FAIXA (M^3/MÊS x ECON.)		TARIFAS	
			ÁGUA (R/M^3$)	ESGOTOS (R/M^3$)
Residencial	R.1	0 a 10	1,0 x TRA	1,0 x TRE
	R.2	11 a 30	2,5 x TRA	2,5 x TRE
	R.3	31 a 60	3,8 x TRA	3,8 x TRE
	R.4	61 a 100	5,0 x TRA	5,0 x TRE
	R.5	acima de 100	7,5 x TRA	7,5 x TRE
Comercial	C.1	0 a 10	3,0 x TRA	3,0 x TRE
	C.2	11 a 30	5,0 x TRA	5,0 x TRE
	C.3	31 a 60	5,5 x TRA	5,5 x TRE
	C.4	61 a 100	6,0 x TRA	6,0 x TRE
	C.5	acima de 100	6,5 x TRA	6,5 x TRE
Pública	P.1	0 a 10	1,5 x TRA	1,5 x TRE
	P.2	11 a 30	2,0 x TRA	2,0 x TRE
	P.3	31 a 60	2,5 x TRA	2,5 x TRE
	P.4	61 a 100	3,0 x TRA	3,0 x TRE
	P.5	acima de 100	3,5 x TRA	3,5 x TRE
Industrial	I.1	0 a 10	6,0 x TRA	6,0 x TRE
	I.2	11 a 30	8,0 x TRA	8,0 x TRE
	I.3	acima de 30	9,0 x TRA	9,0 x TRE

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DE PREFEITO

Tabela de Taxas de Serviços (O valor da Taxa de Serviços corresponde à multiplicação do coeficiente indicado na Tabela a seguir pelo valor vigente da TRA)

ÁGUA		
1	Conserto no Cavalete	40
2	Substituição de cavalete (e ramal)	40
3	Substituição de registros no cavalete	-
	3.1 Diâmetro 3/4"	40
	3.2 Diâmetro 1"	40
	3.3 Diâmetro 1 1/2"	40
	3.4 Diâmetro 2"	40
4	Corte de ramal (a pedidos) s/ reposição pvto. (à vista)	120
5	Aferição de hidrômetro	-
	5.1 No local	70
	5.2 Com remessa ao fabricante	100
6	Colocação e substituição de hidrômetro	-
	6.1 Colocação diâmetro 3/4"	50
	6.2 Colocação diâmetro 1"	90
	6.3 Colocação diâmetro 1 1/2"	200
	6.4 Colocação diâmetro 2"	360
	6.5 Substituição diâmetro 3/4"	30
	6.6 Substituição diâmetro 1"	50
	6.7 Substituição diâmetro 1 1/2"	110
	6.8 Substituição diâmetro 2"	200
7	Ligação de águas s/ fornecimento de hidrômetro	-
	7.1 Diâmetro 3/4"- residencial	300
	7.2 Diâmetro 3/4"- comercial e industrial (à vista)	360
	7.3 Diâmetro 1"- qualquer categoria	360
	7.4 Diâmetro 1 1/2" - qualquer categoria	560
	7.5 Diâmetro 2" - qualquer categoria	560
8	Redimensionamento de ramal de entrada (até 10,0 m)	-
	8.1 Diâmetro 1/2" para 3/4"	300
	8.2 Diâmetro 3/4" para 1"	360
	8.3 Diâmetro 3/4" para 1 ½"	360
	8.4 Diâmetro 3/4" para 2"	560
9	Ligação a título precário (construção)	-
	Custo fixo para diâmetro 3/4" (30 dias)	450
10	Conserto de ramal	100
11	Deslocamento de ramal	100
12	Religação no cavalete por falta de pagamento	60
13	Religação no ramal com retirado por falta de pagamento	60
14	Venda em caminhão-pipa para usuários (m^3)	15
15	Venda em caminhão-pipa para terceiros (m^3)	20
16	Recomposição de pavimento (m^2)	40

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

ESGOTO		
17	Desobstrução de ramal	70
18	Deslocamento de ramal	380
19	Substituição de ramal	380
20	Redimensionamento do ramal (até 10,0 m)	490
21	Ligação de esgoto (até 10,0 m)	-
	21.1 Diâmetro 4"- Residencial	380
	21.2 Diâmetro 4"- Comercial	690
	21.3 Diâmetro 4" – Industrial	1.030
	21.4 Diâmetro 6"- Residencial	550
	21.5 Diâmetro 6"- Comercial	760
	21.6 Diâmetro 6" – Industrial	1.520
22	Recomposição de pavimento (m^2)	40

SERVIÇOS		
23	Vistorias / Verificação de consumo	40
24	Segunda via de contas	5
25	Segunda via de débitos	5
26	Certidão negativa	15
27	Cancelamento de débito em conta-corrente	5
28	Aprovação de projetos	300
29	Transferência	40

Parágrafo Sétimo

Os valores da TRA e TRE, referentes à proposta apresentada em maio de 1996, são iguais a R$ 0,37/m^3 (trinta e sete centavos de real por metro cúbico), devendo ser observado em sua atualização, ao longo da vigência deste Contrato, o seguinte:

I – Até 31 de dezembro de 2000, aplicaram-se, em cada mês, a mesma estrutura tarifária e as mesmas tarifas praticadas pela CEDAE nos demais Municípios do Interior do Estado do Rio de Janeiro, conforme publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro;

II – Anualmente, em todo dia 1° de janeiro, a partir de 1° de janeiro de 2001, aplicar-se-á a estrutura tarifária definida no Parágrafo Sexto desta Cláusula Quarta, sendo o valor das tarifas referenciais TRA e TRE atualizado nestas ocasiões, obedecendo a variação verificada através da aplicação da metodologia contratual constante do item 2 do Processo Administrativo n° 8931/03, observando o disposto no Artigo 5 e nos Incisos V e XII do Artigo 6 do Anexo I ao Edital, parte integrante deste Contrato;

III – Aplicaram-se durante os anos de 2001, 2002 e 2003, respectivamente, os valores da TRA e TRE fixados nos Decretos Municipais de números 007 de 22 de janeiro de 2001, 089 de 15 de fevereiro de 2002 e 021 de 22 de janeiro

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

de 2003, que eram inferiores àqueles que seriam fixados caso nas respectivas ocasiões fossem atualizados obedecendo à aplicação da sistemática contratual constante do inciso II supra;

IV – Para a compensação dos efeitos do disposto no inciso III supra e conseqüente restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro à concessão, em conformidade com o disposto no artigo 5 do Anexo I ao Edital, aplicar-se-ão em 1° de janeiro de 2004 e em 1° de janeiro de 2005, de forma cumulativa com a atualização financeira devida a variação inflacionária (ou deflacionária) verificada pela aplicação da mesma sistemática contratual do inciso II supra, dois aumentos tarifários respectivamente iguais a 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento), percentual este obtido conforme metodologia constante dos demonstrativos que integram o Processo Administrativo n° 8931/03.

Parágrafo Oitavo

O valor estimativo do Contrato de Concessão, conforme Anexo VI do Edital é de R$ 696.566.910,00 (seiscentos e noventa e seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e dez reais).

Parágrafo Nono

Fica criado e instituído um encargo, sob a denominação de "outorga", a ser paga mensalmente, pela CONCESSIONÁRIA em favor do MUNICÍPIO CONCEDENTE, em percentual da arrecadação mensal de tarifas pela CONCESSIONÁRIA por serviços prestados aos usuários, a ser definido por Decreto em até 60 (sessenta) dias antes do início de sua aplicação. A CONCESSIONÁRIA deverá pagar mensalmente ao Poder Concedente, até o 15° (décimo quinto) dia de cada mês, esta outorga pela concessão, referente a sua efetiva arrecadação de tarifas durante o mês imediatamente anterior. O valor da outorga será independente da remuneração própria da CONCESSIONÁRIA, definida nesta Cláusula Quarta.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem obrigações da CONCESSIONÁRIA:

1. planejamento, implantação, ampliação, operação, manutenção, administração e exploração dos serviços objeto do presente instrumento, de forma a cumprir todos os compromissos assumidos perante a CONCEDENTE, nos termos do Edital e do presente Contrato;

2. realizar os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços objeto da presente contratação, nos termos da Proposta por ela ofertada na licitação que antecedeu o presente Contrato, ficando antecipados para o prazo de até 15 (quinze) meses contados da ordem de serviço inicial (14 de setembro de 1999), além da operação de vazão suplementar de 400 l/s (quatrocentos litros por segundo) da estação de tratamento de água do distrito sede, a primeira parte

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

da ampliação das redes de distribuição de água em Guarus e para 07 (sete) meses as redes de distribuição de água em Farol de São Tomé e no Parque Imperial 1 (sede); implantar, em caráter extraordinário, captação emergencial alternativa de água para vazão até 150 l/s (cento e cinqüenta litros por segundo) para a Cidade de Campos dos Goytacazes, investimento este não previsto na Proposta por ela ofertada na licitação que antecedeu o presente Contrato, no prazo de 58 (cinqüenta e oito) meses contados da ordem de serviço inicial;

3. antecipar em 12 (doze) meses o prazo final para que se atinja o índice de 90% (noventa por cento) de cobertura da população urbana com esgotos tratados, de tal modo a atingir este índice de cobertura da população urbana ao final do 168º (centésimo sexagésimo oitavo) mês contado da ordem de serviço inicial do contrato. O índice de cobertura da população urbana com esgotos coletados deverá atingir 40% (quarenta por cento), dos quais pelo menos metade tratados, no prazo de 72 (setenta e dois) meses contados da ordem de serviço inicial, crescendo, a partir de então, o percentual de cobertura da população urbana com esgotos tratados a razão de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos percentuais a cada 24 (vinte e quatro) meses, tudo de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato conforme com o que dispõe a Cláusula Sétima – Alterações de Metas – deste Termo;

4. efetuar, durante o prazo de Concessão, todas as obras necessárias ao cumprimento integral das obrigações por ela assumidas, de forma a executar plena e satisfatoriamente, os serviços ora concedidos;

5. elaborar e implementar esquemas de atendimento a situações de emergência e, para tanto, manter disponível recursos materiais e humanos;

6. zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas de qualquer forma envolvidos nos serviços concedidos, respondendo pelo assessoramento à coletividade na preparação dos dossiês exigidos pelos agentes de proteção do meio-ambiente;

7. cumprir as determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

8. conduzir suas atividades com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento;

9. responder pelo integral cumprimento das regulamentações vigentes no País, em especial quanto às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, securitárias, fiscais, comerciais, civis e criminais, relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços ora concedidos;

10. responsabilizar-se por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados à CONCEDENTE, e/ou a terceiros, face à sua ação ou omissão, ou de seus

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

empregados, subcontratados e prepostos, decorrentes dos serviços ora concedidos;

11. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que antecederam o presente contrato;

12. fornecer à CONCEDENTE todas as informações que forem necessárias ao acompanhamento e à fiscalização dos serviços objeto da presente contratação, bem como, atender às suas solicitações;

13. considerar inadimplente o usuário que deixar de pagar sua conta tarifária no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do vencimento de aludida conta, ressalvados os direitos do usuário inseridos na Portaria nº 4, de 13 de maio de 1998, do Ministério da Justiça/Secretaria do Direito Econômico e no Despacho nº 132 de 18 de maio de 1998 da Secretaria do Direito Econômico.

14. sustar a prestação dos serviços ora concedidos aos usuários inadimplentes quanto ao pagamento da conta tarifária, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do vencimento da aludida conta;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Constituem obrigações da CONCEDENTE:

1. conceder direito de uso do manancial de água bruta, que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto deste contrato, durante o prazo de vigência deste instrumento;

2. fiscalizar os serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, através da Secretaria Municipal de Obras, zelando pela boa qualidade dos mesmos, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários;

3. realizar, em conjunto com a CONCESSIONARIA, uma avaliação dos bens públicos a serem utilizados por esta na prestação dos serviços concedidos, com o intuito de determinar o estado de conservação dos mesmos, bem como as condições de sua manutenção, de modo que a CONCESSIONÁRIA possa devolvê-los no término do prazo da concessão, em condições adequadas de funcionamento, ressalvado o desgaste por uso normal, a ser aferido em laudo pericial por técnico designado pelo PODER CONCEDENTE, facultando-se à CONCESSIONARIA a indicação de técnico próprio para acompanhamento da referida avaliação;

4. responsabilizar-se pela rescisão de todos os contratos por ela firmados anteriormente à assinatura do presente instrumento, referentes aos serviços ora concedidos, arcando com todas as obrigações e responsabilidades decorrentes

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

dos referidos instrumentos e de suas respectivas rescisões, mantendo a CONCESSIONÁRIA atualizada quanto às mesmas;

5. declarar de utilidade pública os bens e as áreas necessários à prestação dos serviços ora concedidos, promovendo as desapropriações, cabendo à CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se pelo pagamento das respectivas indenizações, no caso de terrenos privados;

6. aprovar e homologar o reajuste e a revisão do valor das tarifas e da tabela de prestação de serviços, conforme o previsto no presente instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES DE METAS

A CONCEDENTE pode solicitar à CONCESSIONÁRIA, e esta deverá atender, alterações no planejamento das metas, objeto desta contratação, assegurada a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira advinda do Planejamento Econômico-Financeiro da Concessão, constante da PROPOSTA COMERCIAL ofertada pela CONCESSIONÁRIA na Licitação que antecedeu o presente contrato.

Parágrafo Primeiro

A CONCEDENTE, a vista do interesse público, poderá antecipar investimentos em esgoto, ou mesmo implantar investimentos extraordinários em esgoto, às suas expensas, desde que verificada, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, sua viabilidade técnica-financeira-operacional.

Parágrafo Segundo

Comprovada a viabilidade técnica-financeira-operacional do investimento, a caberá a CONCESSIONÁRIA analisar o projeto da obra, determinando as correções necessárias ao correto funcionamento do sistema de esgoto.

Parágrafo Terceiro

As obras de implantação serão executadas pela CONCEDENTE, com recursos próprios, e serão auxiliadas por acompanhamento técnico da CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo Quarto

A CONCESSIONÁRIA será a responsável pela operação, conservação, manutenção, exploração e cobrança direta aos usuários beneficiados pelo investimento, bem como pelos custos decorrente destas atribuições.

Parágrafo Quinto

A CONCESSIONÁRIA deverá remunerar a CONCEDENTE, pelo capital investido na execução de investimento antecipado, mediante pagamentos

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

mensais, até o término do prazo de Concessão, até o 15° (décimo quinto) dia de cada mês, em montante de 10% (dez por cento) da efetiva arrecadação de tarifas provenientes dos pagamentos realizados, pelos usuários beneficiados pelo investimento em questão, durante o mês imediatamente anterior.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

8.1 - Constituem direitos do usuário:

8.1.1. exigir a prestação de um serviço em nível adequado pela CONCESSIONÁRIA, de forma a ver atendidas as suas necessidades de saúde e higiene;

8.1.2. receber as informações necessárias quanto aos serviços concedidos, bem como quanto à qualidade dos mesmos.

8.2 - O usuário tem a obrigação de pagar em dia as contas relativas às tarifas e à prestação dos demais serviços ora concedidos, sob pena de ter os serviços suspensos, conforme o previsto neste instrumento.

8.3 - Os direitos e obrigações do usuário encontram-se definidos conforme disposto no Edital.

CLÁUSULA NONA - UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

No exercício de suas atividades, poderá a CONCESSIONÁRIA utilizar os bens públicos municipais, estabelecer servidões nas estradas, caminhos e logradouros públicos, para a realização de obras e instalações.

Parágrafo Único

Findo o prazo da presente Concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados pela CONCESSIONÁRIA reverterão automaticamente ao Município de Campos dos Goytacazes, RJ, bem como os bens e instalações acrescidos aos mesmos durante a vigência deste instrumento, em perfeitas condições de uso, conforme as diretrizes previstas neste instrumento, ressalvado o desgaste por uso normal, a ser aferido em laudo pericial por técnico designado pelo PODER CONCEDENTE, facultando-se à CONCESSIONARIA a indicação de técnico próprio para acompanhamento da referida avaliação.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONCEDENTE deverá fiscalizar, através da Secretaria Municipal de Obras, o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

Parágrafo Primeiro

Para que a CONCEDENTE possa exercer devidamente sua fiscalização, a CONCESSIONÁRIA deverá manter em seu escritório de administração todos os elementos necessários à prestação das informações e dos esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Parágrafo Segundo

A CONCESSIONÁRIA deverá preparar e apresentar, semestralmente, à CONCEDENTE um relatório dos serviços ora concedidos, bem como dos investimentos realizados, devendo constar no aludido relatório todas as atividades ocorridas no período, de modo a existir um perfeito controle quanto à prestação dos serviços concedidos, bem como quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Parágrafo Terceiro

A CONCESSIONÁRIA deverá publicar anualmente, no Diário Oficial do Município e em dois jornais de ampla circulação local, as demonstrações financeiras referentes a cada exercício fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente Concessão poderá ser extinta nos termos da Lei 8987, de 13/2/95, conforme Capítulo IX do Anexo I do Edital, garantidos os direitos da Administração estipulados no aludido diploma.

Parágrafo Primeiro

Extinta a Concessão, em qualquer das hipóteses legais, as PARTES, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da assunção do serviço pela CONCEDENTE concluirão todos os levantamentos, avaliações e liquidações necessários, sendo que a reversão dos bens, direitos e privilégios vinculados à Concessão somente será efetuada quando do efetivo pagamento da indenização devida. As formas e as hipóteses de indenização obedecerão os preceitos legais estatuídos nos artigos 35 a 39 da Lei Federal nº 8987/95.

Parágrafo Segundo

O presente Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, somente nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - GARANTIAS

A CONCESSIONÁRIA apresenta neste ato a garantia no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato na modalidade seguro garantia do valor igual a R$ 13.931.338,20 (treze milhões, novecentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

oito reais e vinte centavos). Uma vez expirada a apólice de seguro-garantia apresentada, com validade de 12 meses, pela CONCESSIONÁRIA, quando da assinatura do contrato de concessão, deverá a mesma, a cada 12 (doze) meses, contados da Ordem de Início, apresentar garantia de 2% (dois por cento) do valor a ser faturado no período de 12 (doze) meses imediatamente subseqüentes, conforme indicado no quadro I da Proposta Comercial.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PENALIDADES

O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estipuladas neste Contrato acarretará a aplicação do disposto ao artigo 39 do Anexo I do Edital, e autorizará a CONCEDENTE a executar a garantia prevista na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - INDENIZAÇÕES

A CONCEDENTE se obriga a indenizar a CONCESSIONÁRIA, nos termos do artigo 35 do Anexo I ao Edital, pelos investimentos realizados ao longo do período de Concessão, e não amortizados até a extinção do presente Contrato, sendo que a indenização de que cuida esta Cláusula será calculada com base no valor atualizado dos investimentos, deduzidas as amortizações praticadas durante o período de vigência da concessão, além de outras eventuais indenizações cabíveis nos termos do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei 8666/93. O pagamento de tal indenização se fará, observada uma carência inicial de seis meses, em 60 (sessenta) parcelas mensais cujos valores deverão, obrigatoriamente, obedecer às disponibilidades orçamentárias do Município.

Parágrafo Único

No caso de encampação ou resgate, o pagamento da indenização devida à CONCESSIONÁRIA deverá ser feito antecipadamente pela CONCEDENTE, sob a forma prevista na Cláusula Décima-Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - TRIBUTOS

A CONCESSIONÁRIA será responsável por todos os tributos incidentes sobre os serviços ora concedidos, não cabendo à CONCEDENTE qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

Parágrafo Único

Caso venham a ser criados novos tributos ao longo do prazo de vigência do presente Contrato, ou que sejam alterados os tributos existentes, de modo a afetar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do mesmo, as tarifas deverão ser imediatamente revisadas, conforme Edital, a fim de manter a estrutura inicial do Contrato.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Campos dos Goytacazes, RJ, para a solução de qualquer pendência originada no presente contrato, renunciando as Partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - LEGISLAÇÃO

O presente contrato será regido em suas omissões e na interpretação de suas condições pelo disposto na Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 8.883/94, Lei Federal 8.987/95 de 13/02/95 e demais legislações aplicáveis, bem como pelo constante no Edital de Licitação que o antecedeu.

Parágrafo Único

São partes integrantes do Contrato o Edital e seus anexos, bem como a proposta do Licitante, nos termos do inciso XI do artigo 55 da Lei Federal 8666/93.

E por estarem assim justas e contratadas, reratificam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual valor e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Campos dos Goytacazes, 19 de dezembro de 2003.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Arnaldo França Vianna
Prefeito

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

Carlos Henrique da Cruz Lima
Diretor

Rodolfo Mantuano
Diretor

TESTEMUNHAS:

1.

2.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ SELO DE FISCALIZAÇÃO RECONHECIMENTO DE FIRMA 1 ATO IHZ24938

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ SELO DE FISCALIZAÇÃO RECONHECIMENTO DE FIRMA 1 ATO IHZ24937

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DE PREFEITO

EXTRATO DE TERMO DE RERATIFICAÇÃO

PARTES: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e Águas do Paraíba S/A

OBJETO: Reratificação do Contrato originário da concorrência pública nº 001/96, que tem por objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes - RJ, aí incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão.

DATA: 19 de dezembro de 2003

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - Arnaldo França Vianna - Prefeito

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A. - Carlos Henrique da Cruz Lima - Diretor - Rodolfo Mantuano - Diretor

PUBLICADO NO ORGÃO OFICIAL
De 07 / 01 / 04
Expediente

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590429100000052504334
Número do documento: 23042115590429100000052504334

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE RERATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Ao 1º dia do mês de dezembro do ano 2006, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, neste ato representada por seu Prefeito e doravante denominada CONCEDENTE, e Águas do Paraíba S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, neste ato representada por seus Diretores, conforme documentação comprobatória em anexo, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Reratificação do Contrato originário da Concorrência Pública nº 001/96, atinente à CONCESSÃO pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, reger-se-á pela legislação aplicável à espécie, em especial pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8987/95, legislação e normas que são consideradas como complementares, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Estrutura Tarifária Pré-Estabelecida de Serviço Medido, definida no item 12.2.8 do Edital Nº 01/96 e no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta do Termo de Reratificação do Contrato de Concessão, fica acrescida da tarifa especial denominada Tarifa Residencial Social.

Parágrafo Primeiro

A Tarifa Residencial Social corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) da tarifa normal que é cobrada das economias enquadradas na categoria de uso residencial, com consumo dentro dos limites da classe de consumo R1 (de 0 até 10 m³/mês).

A Tarifa Residencial Social será cobrada relativamente ao consumo até 10 m³ (dez metros cúbicos), considerando-se os serviços de água e esgoto correspondente. Para consumo acima de 10 m³ será aplicada a tarifa normal

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590450200000052504335
Número do documento: 23042115590450200000052504335

conforme a estrutura tarifária, preservando a redução de 50% aplicada nos 10 m³ iniciais.

Parágrafo Segundo

Terá direito à Tarifa Residencial Social, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2007, o usuário que se cadastrar junto à CONCESSIONÁRIA e atender simultaneamente às seguintes condições:

a) Imóvel estritamente residencial;

b) Residência unifamiliar;

c) Imóvel com uma única edificação de até 40 m² (quarenta metros quadrados);

d) Renda familiar de até 1,5 (um e meio) salários mínimos;

e) Usuário deverá estar, e manter-se, adimplente com a CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo Terceiro

A Tarifa Residencial Social será suspensa quando uma das condições previstas no parágrafo anterior deixar de existir, ou quando for verificada irregularidade na ligação do usuário, ou ainda, quando o usuário ficar inadimplente por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Estrutura Tarifária Pré-Estabelecida de Serviço Medido, definida no item 12.2.8 do Edital Nº 01/96 e no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta do Termo de Reratificação do Contrato de Concessão, fica acrescida da tarifa especial denominada Tarifa de Pequeno Comércio.

Parágrafo Primeiro

A Tarifa de Pequeno Comércio corresponderá a 50% (cinqüenta por cento) da tarifa normal que é cobrada das economias enquadradas na categoria de uso comercial, com consumo dentro dos limites da classe de consumo C1 (de 0 até 10 m³/mês).

A Tarifa de Pequeno Comércio será cobrada relativamente ao consumo até 5 m³ (cinco metros cúbicos), considerando-se os serviços de água e esgoto correspondente. Para consumo acima de 5 m³ será aplicada normalmente a atual estrutura tarifária.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590450200000052504335
Número do documento: 23042115590450200000052504335

Parágrafo Segundo

Terá automaticamente direito à Tarifa de Pequeno Comércio, a partir de 1° (primeiro) de janeiro de 2007, o usuário da categoria comercial quando consumir até 5 m³ (cinco metros cúbicos) e estiver adimplente com a CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo Terceiro

O usuário cuja ligação acusar irregularidade de qualquer natureza perderá o direito à Tarifa de Pequeno Comércio, sem prejuízo das demais sanções regulamentares.

CLÁUSULA TERCEIRA

O usuário que estiver credenciado junto à Concessionária, para ter direito à Tarifa Residencial Social, obterá, a partir de 1° (primeiro) de janeiro de 2007, desconto de 100% (cem por cento) na taxa de serviço denominada Ligação de Esgoto Residencial, prevista na Tabela de Taxas de Serviços – Esgoto –, que é definida no item 12.2.9 do Edital Nº 01/96 e no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta do Termo de Reratificação do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA

Para a compensação dos efeitos do disposto nas Cláusulas Primeira e Segunda deste Termo Aditivo e das perdas incorridas pela Concessionária, conforme demonstrativos financeiros constantes dos Processos Administrativos nºs 08931/2003 e 06778/2006, aplicar-se-ão, com o intuito de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, em conformidade com o disposto no artigo 5 do Anexo I ao Edital, e em consonância com a política municipal de gradualismo tarifário, a partir do ano 2007, inclusive, até o ano 2012, inclusive, sempre em primeiro de janeiro de cada ano, de forma cumulativa com a atualização financeira devida à variação inflacionária (ou deflacionária) verificada pela aplicação da metodologia contratual, de acordo com o que determina o inciso II do Parágrafo Sétimo da Cláusula Quarta do Termo de Reratificação do Contrato de Concessão, seis alinhamentos tarifários consecutivos e iguais a 4,95% (quatro vírgula noventa e cinco por cento), percentual este obtido conforme demonstrativos financeiros que integram o Processo Administrativo nº 06778/2006.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590450200000052504335
Número do documento: 23042115590450200000052504335

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas Cláusulas do presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e acordadas, celebram as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual valor e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Campos dos Goytacazes, 1º de dezembro de 2006.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso
Prefeito

RECONHECIMENTO NO VERSO

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

Cláudio Bechara Abduche
Diretor

Rodolfo Mantuano
Diretor

TESTEMUNHAS:

1.
Nome: CARLOS EDUARDO TAVARES DE CASTRO
CPF: 963.190.116-53

2.
Nome:
CPF:

13º OFÍCIO DE CAMPOS Válido somente com Selo de Fiscalização
Reconheço por Semelhança a Firma de:
ALEXANDRE MARCOS MOCAIBER CARDOSO
Busca ..... R$ 0,42 Conferido por _____ Em Teste _____ Rubrica _____
Informática ..... R$ 2,54
Reconhecimento ..... R$ 0,28
20% Lei Nº 3.217/99 ..... R$ 0,80
1 Ato x V. Unit. ..... R$ 4,04
Total ..... R$ 4,04
Campos dos Goytacazes, 05/12/2006
Bruno G. do Nascimento Colares - Escrevente

13º Ofício de Notas
Av. Alberto Torres, 281
Centro
Campos - RJ
Tel.: 2722
Campos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
1 ATO VZB
ITI31196

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590450200000052504335
Número do documento: 23042115590450200000052504335

SEGUNDO TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE RERATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de 2007, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, neste ato representada por seu Prefeito e doravante denominada CONCEDENTE, e Águas do Paraíba S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, neste ato representada por seus Diretores, conforme documentação comprobatória em anexo, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Segundo Termo Aditivo ao Termo de Reratificação do Contrato originário da Concorrência Pública nº 001/96, atinente à CONCESSÃO pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, que reger-se-á pela legislação aplicável à espécie, em especial pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8987/95, legislação e normas que são consideradas como complementares, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O sistema de esgotamento sanitário do bairro Parque Imperial, composto por estação de tratamento de esgoto, elevatórias de esgoto, redes coletoras de esgoto e ligações domiciliares de esgoto, que está sendo implantado pela CONCEDENTE, às suas próprias expensas, e que terá suas obras concluídas no ano 2008, deverá ser operado pela CONCESSIONÁRIA a partir da conclusão de suas obras.

Parágrafo Primeiro

O sistema de esgotamento sanitário do bairro Parque Imperial, tal como acontece com os demais sistemas de esgotamento sanitário do Município, ficará a cargo da CONCESSIONÁRIA, que será responsável por sua operação e manutenção, corretiva e preventiva, bem como deverá ampliá-lo e melhorá-lo quando se fizer necessário.

Parágrafo Segundo

Todas as despesas e custos inerentes à operação, manutenção, ampliação e melhorias do sistema sanitário do bairro Parque Imperial correrão por conta da CONCESSIONÁRIA, até o término do Contrato de Concessão.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590483600000052504336
Número do documento: 23042115590483600000052504336

Parágrafo Terceiro

A economia, ou ganho financeiro, obtida pela CONCESSIONÀRIA em vista do custeio das obras do bairro Parque Imperial estar sendo absorvido pela CONCEDENTE, implicará em redução dos percentuais dos realinhamentos previstos na Cláusula Quarta do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Reratificação do Contrato de Concessão, conforme demonstrativos financeiros constantes do Processo Administrativo nº 07089/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Contrato de Concessão passa a ter seu prazo extendido por mais 108 (cento e oito) meses, conforme definido no Processo Administrativo nº 07089/2007.

Parágrafo Primeiro

O ganho financeiro obtido pela CONCESSIONÀRIA em vista do aumento do prazo da Concessão em 108 (cento e oito) meses, implicará em redução dos percentuais dos realinhamentos previstos na Cláusula Quarta do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Reratificação do Contrato de Concessão, conforme demonstrativos financeiros constantes do Processo Administrativo nº 07089/2007.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Cláusula Quarta do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Reratificação do Contrato de Concessão fica substituída pela presente Cláusula.

Parágrafo Primeiro

Para a compensação dos efeitos do disposto nas Cláusulas Primeira e Segunda deste Segundo Termo Aditivo, da Cláusula Segunda do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Reratificação do Contrato de Concessão e das perdas incorridas pela Concessionária, conforme demonstrativos financeiros constantes dos Processos Administrativos nºs 08931/2003, 06778/2006 e 07089/2007, aplicar-se-ão, com o intuito de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, em conformidade com o disposto no artigo 5 do Anexo I ao Edital, e em consonância com a política municipal de gradualismo tarifário, a partir do ano 2008, inclusive, até o ano 2018, inclusive, sempre em primeiro de janeiro de cada ano, de forma cumulativa com a atualização financeira devida à variação inflacionária (ou deflacionária) verificada pela aplicação da metodologia contratual, de acordo com o que determina o inciso II do Parágrafo Sétimo da Cláusula Quarta do Termo de Reratificação do Contrato de Concessão, onze alinhamentos tarifários, sendo o primeiro igual a 4,95% (quatro vírgula noventa e cinco por cento) e os dez seguintes consecutivos e iguais a 2,15% (dois vírgula quinze por cento), percentuais estes obtidos conforme demonstrativos financeiros que integram o Processo Administrativo Nº 07089/2007.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590483600000052504336
Número do documento: 23042115590483600000052504336

CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas Cláusulas do presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e acordadas, celebram as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual valor e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Campos dos Goytacazes, 23 de novembro de 2007.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso
Prefeito

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

Cláudio Bechara Abduche
Diretor

Dante Luiz Luvisotto
Diretor

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF: 093732917-49

2. _____
Nome:
CPF:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DE PREFEITO

Projeto Águas do Paraíba

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE RERATIFICAÇÃO

28/01/08 109906 Saída

PARTES: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e Águas do Paraíba S/A

OBJETO: Segunda Reratificação do Contrato originário da concorrência pública nº 001/96, que tem por objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes - RJ, aí incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão. Compensação pela construção do sistema de esgotamento sanitário do bairro Parque Imperial. Aumento do prazo da Concessão em cento e oito meses. Redução dos percentuais dos realinhamentos tarifários.

DATA: 23 de novembro de 2007

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso - Prefeito

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A. – Cláudio Bechara Abduche - Diretor – Dante Luis Luvisotto - Diretor

PUBLICADO NO BOLETIM INTERNO
DO 27/12/07

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590483600000052504336
Número do documento: 23042115590483600000052504336

Prefeitura Municipal d

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE RERATIFICAÇÃO

PARTES: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e Águas do Paraíba S/A

OBJETO: Segunda Reratificação do Contrato originário da concorrência pública nº 001/96, que tem por objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes - RJ, aí incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão. Compensação pela construção do sistema de esgotamento sanitário do bairro Parque Imperial. Aumento do prazo da Concessão em cento e oito meses. Redução dos percentuais dos realinhamentos tarifários.

DATA: 23 de novembro de 2007

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso - Prefeito

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A. – Cláudio Bechara Abduche - Diretor – Dante Luis Luvisotto - Diretor

Portaria Nº 751/2007

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, designar, com base na Lei nº 7.769/05 e Decretos nº 256 e 257/07, ***Jane Maria Gomes dos Santos***, para exercer na Secretaria Municipal de Educação de Campos, com cargo em comissão de Vice-Diretor da C. E. Aldeia, classificação **"B"**, ***FG-04***, com vigência a contar de 01/11/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 03 de dezembro de 2007.

Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso - Prefeito –

Portaria Nº 752/2007

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, nomear, com base na Lei nº 7.769/05 e Decretos nº 256 e 257/07, ***Alcilea Cordeiro Ribeiro Soares***, para exercer na Secretaria Municipal de Educação de Campos, com cargo em comissão de Diretor da C. E. Francisco de Assis, classificação "B", ***Símbolo DAS-08***, com vigência a contar de 01/11/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 03 de dezembro de 2007.

Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso - Prefeito –

Portaria Nº 753/2007

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas

Considerando a necessidade de se estabelecer prazo para as Cessões de Uso concedidas pelo Município;

Considerando a relevância pública da efetivação do Projeto para implementação do Programa de Expansão de Educação Profissional — PROEP, no CETEP de Campos dos Goytacazes, na Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins — ETEJBM da rede FAETEC, materializando o convênio firmado entre o Ministério da Educação — MEC, e o Estado do Rio de Janeiro, através da SECT, Secretarial de Estado de Ciência e Tecnologia;

Considerando que, em 27/07/77, através do processo nº 03/76, 136/76, foi celebrado convênio entre o Estado do Rio de Janeiro, representado à época, pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o Município de Campos dos Goytacazes/RJ, pelo qual foi cedido o imóvel situado na Av. Alberto Lamego nº 712 — Horto, onde atualmente funciona a Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins, pertencente à rede FAETEC;

Considerando que pela cláusula terceira do mesmo convênio foi fixado o prazo de vigência de 20(vinte) anos, com início em 01 de dezembro de 1976;

Considerando, no entanto, que pela cláusula quinta, já ocorreu o que as partes pactuaram, ou seja, que as benfeitorias foram incorporadas automaticamente ao Patrimônio do Município;

Considerando que o bem imóvel, hoje, indiscutivelmente, com todas as suas benfeitorias e acessórios pertence ao Município de Campos dos Goytacazes/RJ;

Considerando que por essa razão, para que se dê cumprimento ao Programa de Expansão da Educação Profissional — PROEP, no CETEP de Campos dos Goytacazes, na Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins — ETEJBM, na rede FAETEC, evidencia-se a necessidade de regularizar a situação do imóvel;

Considerando a premente necessidade de se desenvolver ações visando dar continuidade à educação profissional de qualidade;

Considerando que cabe ao Município, no interesse da coletividade, do bem estar Social e do ensino profissional qualificado, implementar ações conjuntas para tal desiderato;

Considerando os mandamentos inscritos nos artigos 23, I, e 203, III da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como no; artigo 73, X, c/c o artigo 107, § 3°, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a relevância pública dos projetos de implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos no Estado do Rio de Janeiro e especificamente a implantação de um Centro Vocacional Tecnológico na Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins;

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica cedido em Favor da FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA o uso do imóvel constituído pela área situada na Avenida Alberto Lamego, nesta cidade, medindo 70 metros de frente por 241 metros de comprimento de ambos os lados, desmembrado da área do antigo Matadouro Municipal, de propriedade do Município, hoje imóvel sito à Av. Alberto Lamego nº 712 —

Suplente - 2° **Tem F**
Villar dos Passos
8- Fundação Municipal
Titular - **Fernanda Ba**
Suplente - **Monic**
Andrade
9- Secretaria Municipal
Titular - **Roger Range**
Suplente - **André Luiz**
10- Fundação Municipa
tude
Titular - **Paulo Cristóv**
Suplente - **Sandra da**
Representantes da So
1- Cress
Titular - **Camile Gom**
Suplente - **Leonardo**
2- Sindicato Estadual
Educação
Titular - **Ângela Maria**
Suplente - **Célia Regi**
3- Obra do Salvador
Titular - **Carlos Augu**
Suplente - **Maria Ang**
4- Associação Comercial
Titular - **Adailto Alve**
Suplente - **Adão Soa**
5- SIPROSEP
Titular - **Ricardo Arg**
Suplente - **Adelino P**
6 - Administração Apo
João Maria Vianney
Titular - **Alexandre P**
Suplente - **Hélio Carlo**
7- Instituto Dom Bosco
Titular - **Daniela Silva**
Suplente - **Thatiana**
8- Movimento Campist
tura Negra
Titular - **Luciane Gor**
Suplente - **Lucimara**
9- Grupo Espírita Fran
Titular - **João Luiz Vi**
Suplente - **Antonio C**

Parágrafo Único – selho terão mandato 2008 a dezembro de 2

Art. 2º- Esta Port na data de sua publica

Art. 3º- Revogam contrárias.

Prefeitura Munic Goytacazes, 21 de de

ALEXANDRE MAR CARD - Pref

SECRET DESENVOL PROMOÇÃ Fundo Mu Assistênc

EXTRATO DI

PROCESSO: 167

FATO GERADOR

OBJETO: Aquisi confecção de fraldas

CONTRATADA: M

VALOR TOTAL: R novecentos e oitenta e ta centavos)

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:04
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590483600000052504336
Número do documento: 23042115590483600000052504336

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DA PREFEITA

TERCEIRO TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Ao vigésimo dia do mês de maio do ano de 2015, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**, neste ato representado pela. Exma. Prefeita Municipal, Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, e doravante denominado CONCEDENTE, e a concessionária de serviços públicos **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A**, neste ato representado pelo seu Superintendente, Mário Henrique Fazza, brasileiro, casado, engenheiro, CI nº. M1151543 - SSP/MG, inscrito no CPF nº 236.659.556.-53, e sua Diretor, Márcio Salles Gomes, brasileiro, engenheiro, RG nº 094.227.91-5 - IFP/RJ, – CREA /RJ nº 156026 – D, CPF: 023.948.017 – 19, conforme documentação comprobatória devidamente apresentada e anexada, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato originário da Concorrência Pública nº001/96, atinente à concessão pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, que reger-se-á pela legislação aplicável a espécie, em especial pelas Leis Federais 8.666/1993, 8.987/1995 e 11.445/2007, legislação e normas que são consideradas como complementares, bem como os considerandos que se seguem, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que o atual momento de crise econômica do país possui reflexos diretos nos valores da receita arrecadada municipal, estabelecendo referenciais concretos para se concluir que a expectativa de arrecadação da receita total não será alcançada;

Considerando um volume expressivo da receita total prevista para o Município de Campos dos Goytacazes advém da compensação financeira decorrente dos royalties da exploração do petróleo e seus derivados, todavia, em razão da recente crise internacional do

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

petróleo, as correspondentes transferências constitucionais obrigatórias dos primeiros meses do presente ano ficaram muito abaixo do previsto no orçamento aprovado pelo Legislativo Municipal;

Considerando a necessidade de adequação do orçamento à nova realidade econômico-financeira na qual o Município está contido e prezando pelo equilíbrio das contas públicas;

Considerando o Decreto Municipal nº. 001/2015, que dispõe sobre a supressão de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) nos contratos continuados firmados pela Administração Pública em razão de perdas na arrecadação;

Considerando o inequívoco impacto na equação econômico-financeira do contrato de concessão em razão de instituição de tarifa pública diferenciada para a Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é uma previsão da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos, devendo o Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma menos gravosa para os usuários, buscando preservar, o máximo possível, a modicidade tarifária;

Acordam as partes signatárias celebrar o presente Termo Aditivo, regido pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - A tarifa pública definida na estrutura Tarifária Pré-Estabelecida de Serviço Medido, estabelecida no item 12.2.8 do Edital nº 01/96 e no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta do Termo de Rerratificação do Contrato de Concessão passa a vigorar, para as economias que tenham como titular o Município ou os Órgãos e Entidades Municipais, comprovadamente controlados pelo Município, a partir do mês referencial de abril de 2015, com valor 30% (trinta por cento) inferior ao atualmente praticado.

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - Para parcial compensação dos efeitos do disposto na cláusula primeira deste Termo Aditivo e demais perdas incorridas pela concessionária, conforme demonstrativo financeiro constantes do processo administrativo nº 2015.115.002723-5-PA, aplicar-se-ão, com o intuito de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, 3 (três) realinhamentos tarifários sobre as tarifas de água e esgoto, consecutivos e iguais a 2,33% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento), sucessivamente, nos meses de janeiro de 2019, janeiro de 2020 e janeiro de 2021.

2.2 - Os realinhamentos referidos no caput desta cláusula serão aplicados cumulativamente com os reajustes anuais contratualmente previstos, que tem por objetivo repor a variação inflacionária dos custos dos insumos da Concessionária, definidos na metodologia contratual de reajuste prevista na Cláusula Quarta deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Como instrumento complementar indispensável à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme demonstrativo financeiro constantes do processo administrativo nº 2015.115.002723-5-PA, o prazo do Contrato de Concessão fica estendido por mais 72 (setenta e dois) meses a contar do término do prazo da concessão, incluindo a previsão do Segundo Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato.

3.2 - A presente extensão de prazo, implementada exclusivamente para fins de privilegiar a modicidade tarifária no procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, a exemplo daquela que foi implementada quando da celebração do Segundo Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato, mantem, por tal razão, o direito de aplicação futura, pelas Partes signatárias, da clausula contratual relativa à prorrogação do prazo, que permanece inalterada.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 - O reajuste anual ordinário disposto na cláusula quarta, parágrafo sétimo, item II, do Termo de Rerratificação ao Contrato de Concessão será realizado através da seguinte fórmula paramétrica:

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

$$TRA_n = TRA_0 \times \{[1 + (PES + ENE + RLD + PRQ + EVM + CAD + MAN + INV)] \times CI\}$$

Sendo:

$$PES = 0{,}368 \times \frac{(SLM_{n-1} - SLM_{0-1})}{SLM_{0-1}}$$

$$ENE = 0{,}058 \times \frac{(CERJ_{n-1} - CERJ_{0-1})}{CERJ_{0-1}}$$

$$RLD = 0{,}004 \times [\ 0{,}25 \times \frac{(SLM_{n-1} - SLM_{0-1})}{SLM_{0-1}} + 0{,}75 \times \frac{(CBL_{n-1} - CBL_{0-1})}{CBL_{0-1}}\ ]$$

$$PRQ = 0{,}044 \times \frac{(QUI_{n-1} - QUI_{0-1})}{QUI_{0-1}}$$

$$EVM = 0{,}106 \times [\ 0{,}25 \times \frac{(SLM_{n-1} - SLM_{0-1})}{SLM_{0-1}} + 0{,}75 \times \frac{(CBL_{n-1} - CBL_{0-1})}{CBL_{0-1}}\ ]$$

$$CAD = 0{,}145 \times \frac{(IPC_{n-1} - IPC_{0-1})}{IPC_{0-1}}$$

$$MAN = 0{,}056 \times [\ 0{,}25 \times \frac{(SLM_{n-1} - SLM_{0-1})}{SLM_{0-1}} + 0{,}75 \times \frac{(MPL_{n-1} - MPL_{0-1})}{MPL_{0-1}}\ ]$$

$$INV = 0{,}219 \times \frac{(INCC_{n-1} - INCC_{0-1})}{INCC_{0-1}}$$

$$CI = \frac{1}{(1 - \frac{I_n - I_0}{100})}$$

Onde:

TRA_n = Tarifa Referencial de Água atualizada a vigorar – referência mês/ano (n) em que deve iniciar a vigorar.

TRA_0 = Tarifa Referencial de Água atualmente em vigor – referência mês/ano (0) em que começou a vigorar.

PES = Fator de incidência da variação do custo com PESSOAL.

SLM_{n-1} = É o valor do Salário Mínimo – referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar.

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

SLM_{0-1} = É o valor do Salário Mínimo – referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar.

ENE = Fator de incidência da variação do custo com ENERGIA.

CERJn-1 = É o índice empregado para medir a variação do custo com energia fornecida pela AMPLA (antiga CERJ) – referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar. (* Nota 1)

CERJ0-1 = É o índice empregado para medir a variação do custo com energia fornecida pela AMPLA (antiga CERJ) – referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar.

RLD = Fator de incidência da variação do custo com RETIRADA DE LODO.

CBLn-1 = É o Índice de Preços por Atacado – Oferta global - Brasil (FGV) - Setor: Indústria de Transformação - Química - coluna 26: Produtos Derivados de Petróleo e Álcool – referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar. (* Nota 1)

CBL_{0}-1 = É o Índice de Preços por Atacado – Oferta global - Brasil (FGV) - Setor: Indústria de Transformação - Química - coluna 26: Produtos Derivados de Petróleo e Álcool – referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar

PRQ = Fator de incidência da variação do custo com PRODUTOS QUÍMICOS.

QUIn-1 = É o Índice de Preços por Atacado – Oferta global - Brasil (FGV) - Setor: Indústria de Transformação - Química - coluna 27: Total – referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar. (* Nota 1)

QUI_{0}-1 = É o Índice de Preços por Atacado – Oferta global - Brasil (FGV) - Setor: Indústria de Transformação - Química - coluna 27: Total – referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar.

EVM = Fator de incidência da variação do custo com EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS (MANUTENÇÃO).

CAD = Fator de incidência da variação do custo com ADMINISTRAÇÃO.

IPCn-1 = É o Índice de Preços ao Consumidor – IPC - Brasil (FGV) - Geral – referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar. (* Nota 1)

IPC_{0}-1 = É o Índice de Preços ao Consumidor – IPC - Brasil (FGV) - Geral – referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar.

MAN = Fator de incidência da variação do custo com MANUTENÇÃO.

MPLn-1 = É o Índice de Preços por Atacado – Oferta global - Brasil (FGV) - Setor: Indústria de Transformação - Química - coluna 28: Matérias Plásticas – referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar. (* Nota 1)

MPL_{0}-1 = É o Índice de Preços por Atacado – Oferta global - Brasil (FGV) - Setor: Indústria de Transformação - Química - coluna 28: Matérias Plásticas – referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar.

INV = Fator de incidência da variação do custo com INVESTIMENTO.

INCCn-1 = É o Índice Nacional do Custo da Construção – INCC (FGV) – referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar. (* Nota 1)

$INCC_{0}$-1 = É o Índice Nacional do Custo da Construção – INCC (FGV) – referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar.

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

CI = Fator de correção devido a alteração (aumento ou redução) ou criação de imposto.

Onde:

In = Imposto considerado "após a alteração", expresso como é em percentagem (%).

I_0 = Imposto considerado "antes da alteração", expresso como é em percentagem (%). Caso o imposto esteja sendo criado ou implantado, adotar como igual a zero.

(* Nota 1): Quando, no momento do reajuste (ou atualização) tarifário, o cálculo para a obtenção de determinado "Fator de Incidência da Variação do Custo de Insumo" não for possível, em virtude da não divulgação do número de algum índice relativo à referência mês anterior (n-1) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar, será empregado o último número deste índice que houver sido publicado. Nesse caso, a fórmula do cálculo do "Fator de Incidência" também não utilizará o número do índice relativo à referência mês anterior (0-1) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar, passando-se, então, a ser aplicada a seguinte metodologia de cálculo, conforme o exemplo abaixo:

$$\text{Sendo: } PRQ = 0{,}044 \times \frac{(QUIn\text{-}1 - QUI_0\text{-}1)}{QUI_0\text{-}1};$$

Então:

a) Quando o índice QUIn-1 ainda não estiver disponível, essa fórmula empregará os índices QUIn-2 e QUI_0-2, onde:

QUIn-2 = é o índice de referência segundo mês anterior (n-2) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar;

QUI_0-2 = é o índice de referência segundo mês anterior (0-2) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar;

Logo, a fórmula para calcular o Fator de Incidência PRQ será:

$$PRQ = 0{,}044 \times \frac{(QUIn\text{-}2 - QUI_0\text{-}2)}{QUI_0\text{-}2};$$

b) Quando o índice QUIn-1 e o índice QUIn-2 ainda não estiverem disponíveis, essa fórmula empregará os índices QUIn-3 e QUI0-3, onde:

QUIn-3 = é o índice de referência terceiro mês anterior (n-3) ao mês/ano em que a tarifa atualizada deve começar a vigorar;

QUI0-3 = é o índice de referência terceiro mês anterior (0-3) ao mês/ano em que a atual tarifa começou a vigorar.

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

Logo, a fórmula para calcular o Fator de Incidência PRQ será:

$$PRQ = 0{,}044 \times \frac{(QUIn\text{-}3 - QUI0\text{-}3)}{QUI0\text{-}3};$$

c) Quando os índices QUIn-1, QUIn-2, QUIn-3 (ou demais índices de referências anteriores) ainda não estiverem disponíveis, deverá ser aplicada na fórmula a mesma metodologia de cálculo das alíneas "a" e "b" acima.

4.2 - A cada 5 (cinco) anos contados a partir da assinatura do presente Termo, o Poder Concedente realizará processo de revisão ordinária da tarifa (revisão quinquenal).

CLÁUSULA QUINTA

5.1 – A Concessionária ratifica, no ato de celebração do presente Termo, sua integral responsabilidade pelos riscos inerentes à concessão, conforme estabelecidos no Contrato, Aditivos, no Edital e seus Anexos, incluindo os seguintes riscos:

I – consequência das medidas de flexibilização executadas dentro dos limites contratuais;

II – dificuldade de obter licenças, permissões e autorizações relativas à concessão, ressalvada a demonstração e aceitação pelo Poder Concedente, em processo administrativo próprio, da recusa ou injustificada inoperância de agentes públicos encarregados de emiti-las, desde que legitimas, legais e de interesse ao atendimento da população do Município;

III – prejuízos causados a terceiros, pela Concessionária ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão;

IV – dificuldade de aquisição ou incapacidade de obter os bens e insumos necessários à prestação dos serviços, ressalvada a demonstração e aceitação pelo Poder Concedente, em processo administrativo próprio, da ocorrência de uma crise setorial de desabastecimento no país, relativa aos bens e insumos em questão;

V – variação das taxas de câmbio e juros;

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

VI – responsabilização civil, administrativa e criminal por danos ambientais causados pela Concessionária;

VII – ocorrência de eventos que tenham a sua cobertura aceita por instituições seguradoras no mercado brasileiro;

VIII – destruição, roubo, furto ou perda de bens da Concessão, ressalvada a demonstração e aceitação pelo Poder Concedente, em processo administrativo próprio, da ocorrência de situações de calamidade, força maior ou eventos que não tenham cobertura aceita por instituições seguradoras do mercado brasileiro;

IX – solvência da(s) seguradora(s) contratada(s);

X – greves de empregados, ressalvada a demonstração e aceitação pelo Poder Concedente, em processo administrativo próprio, da ilegitimidade e abusividade da greve em questão e da decorrente necessidade, em caráter emergencial, para preservar o abastecimento da cidade, de adoção de medidas emergenciais, desde que previamente solicitadas, demonstradas e aprovadas, à ocasião, pelo Poder Concedente;

XI – ações judiciais movidas em face da Concessionária, ressalvadas as questões previstas no Edital e no Contrato e seus termos aditivos.

XII – alteração do contrato por acordo entre as Partes, ressalvadas as disposições expressas em contrário.

5.2 - A Concessionária declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta.

5.3 - A Concessionária não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar.

5.4 – Sempre que solicitado pela Concessionária revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em razão de circunstâncias pontuais e legitimas capazes de ensejá-lo, deverá ser avaliada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão em todo o seu prazo, levando-se em conta também possíveis ganhos pretéritos.

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

5.5 - A omissão da Concessionária em solicitar a revisão extraordinária do contrato importará em renúncia desse direito após o prazo de 3 (três) anos contados a partir do evento que der causa ao desequilíbrio.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 - Deverá ser apresentado ao Poder Concedente, através de Relatório Gerencial, sempre no mês de dezembro, o Plano de Investimentos resumido da Concessionária para o ano seguinte, constando as áreas que serão abrangidas pelos investimentos.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 – O parágrafo quinto da cláusula sétima do Termo de Rerratificação do Contrato de Concessão fica substituída pela seguinte redação:

"Pelo capital investido na execução de investimento antecipado, a Concessionária pagará ao Poder Concedente, mensalmente, até o término do prazo de concessão, até o 15° (décimo quinto) dia de cada mês, em montante de 20% (vinte por cento) da efetiva arrecadação de tarifas provenientes dos pagamentos realizados pelos usuários beneficiados pelo investimento em questão, durante o mês imediatamente anterior."

7.2 – O capital investido na execução de investimento antecipado realizados anteriormente a assinatura do presente Termo passam a ser regidos pelo percentual estipulado na cláusula acima.

7.3 – Para melhor definição sobre qual é o alcance de beneficiários afetados pelo investimento antecipado pelo Poder Público, será realizado estudo em conjunto a Concessionária para definição de regulamento específico a ser definido em Portaria do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade.

7.4 – Em havendo interesse do Poder Concedente em antecipar investimentos, o mesmo deverá ser informado à Concessionária, em consonância com cláusula sétima do Termo de Rerratificação do Contrato de Concessão.

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590497300000052504337
Número do documento: 23042115590497300000052504337

CLÁUSULA OITAVA

8.1 - Com a assinatura do presente Termo Aditivo, a Concessionária dá ao Município de Campos dos Goytacazes plena, rasa e completa quitação da dívida hoje existente relativa a débitos vencidos até o mês de abril de 2015.

CLÁUSULA NONA

9.1 - Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas cláusulas do presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e acordadas, celebram as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Rosangela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA
Mário Henrique Fazza

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA
Márcio Salles Gomes

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Scanned with CamScanner



Scanned with CamScanner

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GABINETE DA PREFEITA

QUARTO TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Ao trigésimo dia do mês de agosto do ano de 2016, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**, neste ato representado pela. Exma. Prefeita Municipal, Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.280.003/0001-99, e doravante denominado CONCEDENTE, e a concessionária de serviços públicos **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A**, neste ato representado pelo seu Superintendente, Juscélio Azevedo de Souza, brasileiro, casado, engenheiro, CI nº. M1108457 IIMG/MG, inscrito no CPF nº 290.267.506-25, e sua Diretor, Márcio Salles Gomes, brasileiro, engenheiro, RG nº 094.227.91-5 - IFP/RJ, – CREA /RJ nº 156026 – D, CPF: 023.948.017 – 19, conforme documentação comprobatória devidamente apresentada e anexada, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato originário da Concorrência Pública nº 001/96, atinente à concessão pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, que reger-se-á pela legislação aplicável a espécie, em especial pelas Leis Federais 8.666/1993, 8.987/1995 e 11.445/2007, legislação e normas que são consideradas como complementares, bem como os considerandos que se seguem, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590521000000052504338
Número do documento: 23042115590521000000052504338

CONSIDERANDO ser o serviço público de saneamento básico de água e esgoto delegados por meio de concessão, conforme previsto no art. 175 da Constituição Federal, na Lei Federal nº. 8.987/95 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o reconhecimento pelo Município de aglomerações e áreas de ocupação urbana consolidadas e, por conseguinte, declaradas como área de expansão urbana, através do Decreto nº 240/2016, com base nos temos da Lei Municipal no 7.972, de 31 de março de 2008, que instituiu o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes;

CONSIDERANDO que, por força dessa declaração, essas localidades passam a, a partir de então, se inserirem aos limites de expansão dos serviços de abastecimento de água sob gestão da Concessionária Águas do Paraíba;

CONSIDERANDO que as áreas de que trata o referido Decreto são ocupadas por população de baixa renda, com dificuldades para custear serviços públicos tarifados, e que serviços de saneamento básico refletem diretamente em questões de saúde pública, o que justifica subsídio por parte do Poder Concedente, com base no art. 3°, inciso VII, art. 29, §2º da Lei Federal nº 11.445/07 e do art. 46 do Decreto Federal 7.217/10;

CONSIDERANDO a previsão da cláusula quarta, parágrafo nono, do Termo de Rerratificação do contrato de concessão do serviço público de saneamento básico de água e esgoto sanitário, quanto a instituição de

outorga a ser paga mensalmente pela Concessionária em favor do Município em percentual de arrecadação mensal e tarifa;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 66/2016, que define o percentual de 5% (cinco por cento) da arrecadação mensal de tarifas a ser pago a título de outorga pela concessão do serviço público de saneamento básico de água e esgoto, conforme previsão na cláusula quarta, parágrafo nono, do Termo de Rerratificação do contrato de concessão;

CONSIDERANDO o reequilíbrio econômico-financeiro realizado no presente contrato de concessão de serviço público, através do Decreto Municipal nº 136/2016, que implantou um aumento extraordinário da tarifa pública, o qual foi necessário tendo em vista a definição de valor de outorga a ser paga ao Poder Concedente, em atendimento a definição anterior estabelecida pelo parágrafo nono da cláusula quarta do Termo de Rerratificação do Contrato de Concessão;

CONSIDERANDO a necessidade de antecipação de investimentos para o alcance da universalização dos serviços de saneamentos básicos devido à previsão contratual e disposições legais pertinentes, como inciso I do art. 2º da Lei Federal nº 11.445/07;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público de que se reveste a questão, mormente pela universalização dos serviços, com abrangência das comunidades carentes, em prol da saúde pública e do meio ambiente;

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590521000000052504338
Número do documento: 23042115590521000000052504338

Acordam as partes signatárias celebrar o presente Termo Aditivo, regido pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 – A Concessionária, em razão do reconhecimento pelo Município como aglomerações e áreas de ocupação urbana consolidadas e, por conseguinte, declaradas como área de expansão urbana, as localidades enunciadas no Decreto Municipal nº 240/2016, passará a operar o sistema de água nas localidades descritas no aludido Decreto, à qual são entregues os bens afetos e vinculados aos serviços existentes naquelas localidades.

1.2 Visando garantir a sustentabilidade da operação e manutenção dos sistemas de abastecimento nas novas localidades, além da utilização de subsídio como instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, o serviço público de fornecimento de água nas localidades enunciadas no Decreto Municipal nº 240/2016 será subsidiado pela Poder Público Municipal pelos próximos 5 anos, conforme dispõe a Lei Municipal nº 8.724, de 24 de agosto de 2016.

1.3 A Concessionária, de forma a evidenciar o efetivo consumo de água, deverá emitir fatura de água, consubstanciada em medição de macromedidores, instalados nestas localidades, que será paga mensalmente pelo Município.

1.4 A Fatura emitida mensalmente para o Município será o produto dos volumes macromedidos multiplicados pela tarifa pública

municipal vigente, presente na primeira faixa da estrutura tarifária da Concessionária.

1.5 Após o prazo de 5 (cinco) anos previsto no item 1.2 acima, cessará a emissão das faturas ao Município, devendo a Concessionária passar a cobrar diretamente dos usuários os serviços públicos prestados nas localidades onde foi concedido o subsídio.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 A Concessionária fica obrigada a antecipar, com conclusão prevista para o ano 2017, os investimentos necessários para expansão/implantação e melhorias para prestação do serviço público de fornecimento de água nas localidades enunciadas no Decreto Municipal nº 240/2016.

2.2 Fica a Concessionária obrigada a antecipar às obras referentes à implantação do sistema de esgotamento sanitário na grande Guarus na Margem Esquerda do Rio Paraíba do Sul até o ano de 2018, conforme documentação acostada no procedimento administrativo nº 2016.115.004762-3-PA".

2.3 Deverá a Concessionária enviar semestralmente ao Poder Concedente relatórios e documentos que comprovem a execução das obrigações definidas nos itens acima.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 A antecipação dos investimentos de que tratam os subitens 2.1 e 2.2 do presente termo aditivo passam a desonerar a Concessionária do repasse aos cofres do município dos valores correspondentes a outorga, prevista através do parágrafo nono da cláusula quarta do Termo de Rerratificação do

Contrato de Concessão e instituída através do Decreto Municipal nº 66/2016, até o final do prazo concessório, destinada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA

2.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas cláusulas do presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justas e acordadas, celebram as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Rosangela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA
Juscélio Azevedo de Souza

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA
Márcio Salles Gomes

Testemunhas:

Nome: Fundonico Gonçalves 2.2.1.0 L-10
CPF: 020.744.947-30

Nome:
CPF: 112.629.001-71

Art. 4º - A "Semana Campista das Letras" acontecerá a partir do "Dia da Literatura Campista", entre 05 e 12 de agosto de cada ano, e compreenderá as seguintes atividades:

I – Campanha desenvolvida nos meios de comunicações, com mensagens sobre a história e a importância da Literatura Campista não somente para a Cidade de Campos dos Goytacazes, mas também como fonte agregadora de valores para a Literatura Brasileira;

II – Realização de ações culturais de caráter informativo em locais de fácil acesso e nos Órgãos Públicos Municipais, com o propósito de disseminar a Literatura Campista. Essas ações serão voltadas para a população em geral, para os funcionários públicos municipais, para os professores e alunos das escolas municipais e terão o seguinte formato: homenagens, exposições, ministrações de palestras, cursos de qualificação, promoções de debates e todas as demais ações que a citada Secretaria entender condizentes com o disposto nesta Lei.

III – Estabelecimento de parcerias com toda e qualquer Instituição pública ou privada, com em propósito de auxiliar nos eventos referentes à "Semana Campista das Letras".

IV – Ações com a presença de representantes e/ou membros da Academia de Letras da Cidade de Campos dos Goytacazes nas Escolas Municipais, levando a produção da Literatura Campista para dentro do ambiente escolar e divulgando a Cultura Campista entre alunos, professores e demais profissionais da área de Educação.

V - Outros atos e procedimentos lícitos e úteis para consecução dos objetivos propostos na presente Lei.

Art. 5º - O Executivo Municipal, através dos órgãos responsáveis pela organização e realização do "Dia da Literatura Campista" e da "Semana Campista das Letras", estenderá a todos os Setores existentes em Campos dos Goytacazes, podendo celebrar parcerias e acordos com órgãos congêneres, públicos e privados, e organizações não governamentais, visando o desenvolvimento e implantação desta Lei.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 24 de outubro de 2018.

Rafael Diniz
- Prefeito –

Lei nº 8.859, de 24 de outubro de 2018.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, lanchonetes e similares a usarem e fornecerem canudos de papel biodegradável ou similares, individual e hermeticamente embalados com material semelhante, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam os restaurantes, bares, lanchonetes e similares, de Campos dos Goytacazes, obrigados a usarem e fornecerem, aos seus clientes e consumidores, canudos de material biodegradável, ou similares, individual e hermeticamente embalados com material semelhante, em substituição aos descartáveis de material plástico.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação desta Lei, para que os seus destinatários se adaptarem ao determinado no Art. 1º.

Art. 3º - A inobservância da responsabilidade prescrita no Art. 1º da presente Lei, sujeita o infrator as seguintes sanções:

I – Advertência escrita;

II – Multa, de 03 (três) UFICA's (Unidade Fiscal do Município de Campos dos Goytacazes) e

III – Na hipótese de reincidência, multa em dobro.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 24 de outubro de 2018.

Rafael Diniz
- Prefeito –

Lei nº 8.860, de 24 de outubro de 2018.

"Revoga a Lei Municipal 8714/2016 e restaura a redação original da Lei Municipal 8299/2012."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal 8.714 de 29 de junho de 2016 e restaurada a redação original da lei municipal 8.299 de 20 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 24 de outubro de 2018.

Rafael Diniz
- Prefeito –

Decreto nº 294/2018

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO

O Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes e em conformidade com o artigo 3º, da Lei Municipal (LOA) nº 8.801 de 27/12/2017, publicada em 02/01/2018 e com os artigos, 7º inciso I, 42 e 43 inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º – Abre-se o orçamento fiscal do Município de Campos dos Goytacazes, para inserir **Crédito Adicional Suplementar**, de verba orçamentária, no valor total de **R$ 100,00 (cem reais)**, nas dotações referentes às ações dos Programas de Trabalho abaixo discriminados:

SUPLEMENTAÇÕES

280700 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

28070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.10.301.0081.4198 - APRIMORAR E AMPLIAR A ASSIST. ODONTOL. MUNICIPAL	
FONTE 0144000000 - NAT 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100,00
TOTAL DA UG	**100,00**

Art. 2º – O recurso necessário para o Crédito Adicional Suplementar, citado no artigo 1º, é proveniente de anulações nas dotações orçamentárias constantes nas ações do Programa de Trabalho abaixo discriminado:

ANULAÇÕES

280700 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

28070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.10.122.0106.3308 - OBRAS DE CONST., AMPLIACAO E REF. DAS UNID. DE SAÚDE	
FONTE 0144000000 - NAT 339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	100,00
TOTAL DA UG	**100,00**

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes(RJ), 26 de outubro de 2018.

RAFAEL DINIZ
PREFEITO

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO ITEM 2.2 DO QUARTO TERMO ADITIVO

Processo nº 2018.115.002226-1-PA
CP nº 001/96
Concedente: MUNICIPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Concessionária: ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
CNPJ: 01.280.003/0001-99
Objeto: **constitui objeto deste termo aditivo a prorrogação por mais 18 (dezoito) meses do prazo para execução das obras referentes à implantação do sistema de esgotamento sanitário na grande Guarus na Margem Esquerda do Rio Paraíba do Sul, previsto na clausula segunda do item 2.2 do 4º Termo Aditivo** ao contrato de concessão que tem como objeto em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes-RJ incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços, e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão.
Prorrogação contratual: 18 (dezoito) meses
Data da assinatura: 11/09/2018

Campos dos Goytacazes, 26 de outubro de 2018

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
PREFEITO MUNICIPAL
RAFAEL PAES BARBOSA DINIZ NOGUEIRA

PORTARIA Nº 087/2018

Dispõe sobre concessão de benefício de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL a Sandra Auxiliadora Cardoso Alves.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela Exmo. Sr. Prefeito deste Município, através do Decreto nº 046/2017:

Resolve, nos autos do Processo Administrativo nº 5794/2015:

Art.1º - Conceder APOSENTADORIA a **Sandra Auxiliadora Cardoso Alves**, Professora I - 16h – Padrão J, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 5943, com proventos integrais, com fundamento no art. 3º da EC nº 47/2005.

Art.2º - Fixar os proventos mensais, de forma integral em R$ 3.418,08 (três mil, quatrocentos e dezoito reais e oito centavos), a partir da publicação da presente, correspondente as seguintes parcelas.

COMPOSIÇÃO DAS VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
Vencimento: Cargo Professora I – 16h – Padrão J	Anexo III da Lei Municipal nº 7.345/2002 com alterações da Lei nº 7429/2003 e da Lei nº. 8.133/09 c/c Decreto Municipal nº 120/2003; Lei nº. 8703/2016	R$ 2.136,31
Quinquênio - 30%	Art. 60 da Lei º. 5.247/91	R$ 640,89
Adicional – 15%	art. 8º da Lei nº. 5.132/90 c/c art. 110 da Lei municipal nº. 5.247/91 e arts. 63, 66, §2º da Lei Municipal nº. 7.345/02	R$ 320,44
Progressão – 15%	Art. 31, I e art. 63, §2º, art. 64 e art. 66 §2º da Lei Municipal nº 7345/2002, alterada pela Lei nº 8133/2009 c/c art. 110 da Lei nº 5247/91	R$ 320,44

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 18 de janeiro de 2018.

José Paes Neto
- Procurador Geral do Município –

Republicada por ter saído com incorreção

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590534700000052504339
Número do documento: 23042115590534700000052504339
Num. 54994148 - Pág. 1

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02196/2018 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/96

5° TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO ITEM 2.2 DO QUARTO TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/1996, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA ÁGUAS DO PARAÍBA S/A, QUE TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE À EXECUÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO ITEM 2.2 DO 4° TERMO ADITIVO - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA GRANDE GUARUS NA MARGEM ESQUERDA DO RIO PARAÍBA DO SUL.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante designado **PODER CONCEDENTE**, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, inscrito no CNPJ sob o n° 29.116.894/0001-61, com sede na Rua Ponciano de Azeredo Furtado, 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **RAFAEL PAES BARBOSA DINIZ NOGUEIRA**, e **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A**, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.280.003/0001-99, neste ato representada por seu superintendente **Juscélio Azevedo de Souza**, brasileiro, Engenheiro, portador da CI n° M1108457 IIMG/MG, CPF n° 290.267.506-25, e por seu Diretor, o **Márcio Salles Gomes**, brasileiro, Engenheiro – CREA/RJ n° 156026-D, portador da CI n° 094.227.91-5 IFP/RJ, CPF n° 023.948.017-19, têm entre si ajustado o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão assinado em 16/09/1996 da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° 001/1996**, que tem como **objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, incluídas operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança**

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590534700000052504339
Número do documento: 23042115590534700000052504339

direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços, e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão, no que se refere a dilação do prazo previsto no item 2.2 da Cláusula Segunda do 4° Termo Aditivo de Rerratificação - Processo Administrativo n° 2018.115.002226-1-PA, de acordo com as artigo n° 57, §2° da Lei Federal 8.666/93 nas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação de prazo para execução das obras referentes à implantação do sistema de esgotamento sanitário na grande Guarus na Margem Esquerda do Rio Paraíba do Sul, previsto na clausula segunda do item 2.2 do 4° Termo Aditivo, por mais 18 (dezoito) meses,** conforme documentação acostada no procedimento administrativo n° 2016.115.004762-3-PA, de acordo com pedido protocolado nos ofícios n° 041/2018-SPTD, n° 058/2018-SPTD, n° 075/2018-SPTD encaminhados pela empresa Águas do Paraíba S/A, manifestações da R. Procuradoria Geral do Município constante nas folhas 06, 09 e autorização do Sr. Prefeito de Fls. 10, que passam a fazer parte integrante e inseparável dos autos, nos termos do processo administrativo n° 2018.115.002226-1-PA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A prorrogação em tela possui amparo no artigo n° 57, §2° da Lei Federal 8.666/93, manifestações da R. Procuradoria Geral do Município constante nas folhas 06, 09 e autorização do Sr. Prefeito de Fls. 10 proferidos nos autos do processo administrativo n° 2018.115.002226-1-PA, que passam a fazer parte integrante e inseparável dos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o envio semestral dos relatórios e documentos que comprovem a execução da obra de acordo com as regras, critérios e obrigações definidos pelo PODER CONCEDENTE, conforme estabelecido no item 2.3 da Cláusula Segunda do 4° Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590534700000052504339
Número do documento: 23042115590534700000052504339

cláusulas do presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ providenciará a publicação de extrato do presente termo aditivo no Diário Oficial nos 20 (vinte) dias que se seguirem a sua assinatura, para eficácia.

Assim, estando ajustado, fizeram as partes lavrar o presente TERMO ADITIVO, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos representantes do Município – PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo qualificadas, para os devidos efeitos legais.

Campos dos Goytacazes/RJ, 12 de setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
Juscélio Azevedo de Souza

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
Márcio Salles Gomes

TESTEMUNHAS:

Nome: [illegible]
CPF: [illegible]

Nome: [illegible]
CPF: [illegible]

OFÍCIO
Centro Master Empresarial. Rua Gastão Machado, 66/7A, CEP 28.035-120
Pq. Consultório, Campos dos Goytacazes-RJ, oficio01campos@gmail.com
Fones: (22) 2722-2535 / 2725-2490 / 2739-5880
RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: JUSCELIO AZEVEDO DE SOUZA
EMOLUM.: 5,79 FUNDPERJ: 0,27 FUNARPEN: 0,21
FETJ: 1,08 FUNPERJ: 0,27 TOTAL ATO 7,62
Conferido por CAMPOS, 24/10/2018
Em Testm. Verdade
ANA KELLY DE SOUZA MACIEL-ESCREVENTE
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
ECUG 32091 IJL
05026AA18824

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590534700000052504339
Número do documento: 23042115590534700000052504339

SEXTO TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO NOS PERÍMETROS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Aos seis dias do mês de março do ano de 2020, o **MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**, neste ato representado pela. Exmo. Prefeito Municipal, Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira, inscrito no CNPJ/MF nº 29.116.894/0001-61, e doravante denominado CONCEDENTE, e a concessionária de serviços públicos **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A**, CNPJ/MF sob o n° 01.280.003/0001-99, neste ato representado por seus Diretores, Marcio Salles Gomes, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 09422791-5 emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 023.948.017-19 e Juscélio Azevedo de Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 201182283-1 emitida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF sob o nº 290.267.506-25, conforme documentação comprobatória devidamente apresentada e anexada, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato originário da Concorrência Pública n°001/96, atinente à concessão pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, através do Processo Administrativo nº 2019.032.000319-0-PA, que reger-se-á pela legislação aplicável a espécie, em especial pelas Leis Federais 8.666/1993, 8.987/1995 e 11.445/2007, legislação e normas que são consideradas como complementares, bem como os considerandos que se seguem, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que o Município de Campos dos Goytacazes vem sofrendo com a acentuada queda na arrecadação municipal em função da redução dos royalties de petróleo nos últimos anos.

Considerando que o Município de Campos dos Goytacazes, em especial a população campista, vem sofrendo com a situação macroeconômica do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, impactando diretamente na sua condição econômica.

Considerando a necessidade de adequação do orçamento municipal à atual realidade

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590550200000052504340
Número do documento: 23042115590550200000052504340

econômico-financeira na qual o Município está incluído e prezando pelo equilíbrio das contas públicas.

Considerando a aplicação do desconto de 3,5% (três virgula cinco de por cento) sobre o valor da tarifa referencial de água (TRA), a ser aplicado em todas as classes de usuários.

Considerando que nas localidades inseridas nos distritos listados no Decreto Municipal 240/2016, até a referência agosto de 2021, passarão a ser faturadas de acordo com o volume mínimo para cada uma das economias cadastradas.

Considerando a substituição dos realinhamentos tarifários faltantes previstos no 3° Termo Aditivo, com consequente postergação e parcelamento dos novos realinhamentos a partir de 2021

Considerando o inequívoco impacto na equação econômico-financeira do contrato de concessão em razão das medidas adotadas pelo Município de Campos dos Goytacazes de acordo com os Estudos Técnicos apresentados por consultoria especializada.

Considerando que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é uma previsão da Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos, devendo o Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma menos gravosa para os usuários, buscando preservar, o máximo possível, a modicidade tarifária;

Acordam as partes signatárias celebrar o presente Termo Aditivo, regido pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Em vista do quanto disposto nos considerados acima, este instrumento tem como objeto garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO face às mudanças introduzidas pelo Município de Campos dos Goytacazes no Contrato de Concessão, conforme estudo técnico apresentado pela contratada e ratificado por parecer técnico e econômico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana no Ofício nº 025/2020 - GAB e parecer jurídico da Douta Procuradoria Geral do Município de Campos dos Goytacazes sob nº 065/2020/PGM, com aprovação da minuta exarado no verso, que passam a fazer parte integrante e inseparável do presente **TERMO ADITIVO**, independentemente de transcrição.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590550200000052504340
Número do documento: 23042115590550200000052504340

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Os itens 1.3 e 1.4 da Cláusula Primeira do Quarto termo Aditivo ao termo de rerratificação do Contrato de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico de Água e Esgoto Sanitário nos perímetros urbanos do Município de Campos dos Goytacazes passarão a viger com as seguintes modificações:

> **"CLÁUSULA PRIMEIRA**
>
> **(...)**
>
> **1.3 A Concessionária, para as localidades inseridas nos Distritos Listados no Decreto Municipal 240/2016, até o mês de agosto de 2021 deverá observar o volume mínimo por economia, independentemente do volume efetivamente consumido, que será paga mensalmente pelo Município.**
>
> **1.4 A Fatura emitida mensalmente para o Município será o produto da Tarifa Básica vigente, multiplicada pelo volume mínimo de 10m³ (dez metros cúbicos) multiplicado pelo número de economias localizadas nos Distritos Listados no Decreto Municipal 240/2016.**
>
> **(...)"**

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 – Fica implantada a aplicação do desconto de 3,5% (três virgula cinco de por cento) sobre o valor da tarifa referencial de água (TRA), a ser aplicado em todas as classes de usuários a partir da referência março/2020, sem prejuízo da incidência do reajuste contratual anual, observada a data de sua periodicidade.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 – Os realinhamentos tarifários de 2,33% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) previstos na cláusula 2º do Terceiro Termo Aditivo, que seriam aplicados nas referências de janeiro de 2020 e janeiro de 2021 serão substituídos por aqueles previstos na Cláusula Quinta do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 – Para parcial compensação dos efeitos das perdas incorridas pelas alterações

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590550200000052504340
Número do documento: 23042115590550200000052504340

propostas no presente Termo Aditivo, conforme estudo econômico-financeiro elaborado por consultoria especializada constante do processo administrativo nº 2019.032.000319-0 – PA, os realinhamentos tarifários de 2,33% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) que seriam aplicados nos meses de janeiro de 2020 e janeiro de 2021, serão substituídos por 5 (cinco) realinhamentos tarifários de 1,946% (um inteiro e novecentos e quarenta e seis milésimos de por cento), que serão aplicados nas referências de janeiro dos anos de 2021 a 2025.

5.2 - Os realinhamentos referidos no caput desta cláusula serão aplicados cumulativamente com os reajustes anuais contratualmente previstos, que tem por objetivo repor a variação inflacionária dos custos dos insumos da Concessionária, definidos na metodologia contratual de reajuste prevista na Cláusula Quarta do Terceiro Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 - Como instrumento complementar indispensável à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estudo econômico-financeiro elaborado por consultoria especializada constante do processo administrativo nº 2019.032.000319-0 – PA, o prazo do Contrato de Concessão fica estendido por mais 180 (cento e oitenta) meses a contar do término do prazo da concessão, incluindo a previsão de ampliação de prazo previsto nos Segundo e Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Rerratificação do Contrato.

6.2 - A presente extensão, implementada exclusivamente para fins de privilegiar a modicidade tarifária, a capacidade de pagamento da população e dos próprios municipais no procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, mantem, por tal razão, o direito de aplicação futura, pelas Partes signatárias, da clausula contratual relativa a prorrogação do prazo, que permanece inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 - Com a assinatura do presente Termo Aditivo, a Concessionária dá ao Município de Campos dos Goytacazes plena, rasa e completa quitação da dívida hoje existente relativa a débitos vencidos até o mês de dezembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 – O prazo para conclusão da execução das obras referentes à implantação do sistema de esgoto sanitário na grande Guarus na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, previsto na

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590550200000052504340
Número do documento: 23042115590550200000052504340

cláusula Segunda do item 2.2 do 4º Termo Aditivo, alterada pela Cláusula Primeira do Quinto Termo Aditivo, passa a ser até dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA

10.1 - O presente termo aditivo encontra amparo legal no Artigo 9º, § 3º e 4º da Lei Federal nº 8987/1995 e no consoante Parecer nº 065/2020– PGM da Procuradoria Geral do Município, que passa a fazer parte integrante e inseparável dos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA

9.1 - Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais que não tenham sido afetadas pelas cláusulas do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, celebram as partes o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Campos dos Goytacazes, 06 de Março de 2020.

MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO PARAÍBA
Marcio Salles Gomes **Juscélio Azevedo de Souza**

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Assinado eletronicamente por: ANTONIO MAURICIO COSTA - 21/04/2023 15:59:05
https://tjrj.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23042115590550200000052504340
Número do documento: 23042115590550200000052504340